

# A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO ISRAEL PRIMITIVO: a cosmovisão de um povo que fez aliança com Yahweh

Eloíde Araújo Carneiro  
Gerson Leite De Moraes.

**RESUMO:** A história de Israel pré-monárquico, período estabelecido para desenvolvimento da pesquisa, está intimamente relacionada à religião do povo hebreu. Assim, não há como estudar a história e a religião de Israel de forma isolada. Em qualquer aspecto a ser pesquisado seja este político, econômico ou social identifica-se a presença de fatores religiosos influenciando a sociedade. As ideias religiosas são o reflexo de tudo e estas encontram no culto sua maior expressão.

Palavras-chave: 1 Antigo Oriente Próximo. 2 Origens do Povo de Israel. 3 Religião de Israel.

**ABSTRACT:** The history of pre-monarchical Israel, a period established for the development of research, is closely related to the religion of the Hebrew people. Thus, there is no way to study Israel's history and religion in isolation. In any aspect to be researched, be it political, economic or social, the presence of religious factors influencing society is identified. Religious ideas are the reflection of everything and these find their greatest expression in worship.

Keywords: 1. Ancient Near East. 2. Origins of the People of Israel. 3. Religion of Israel.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo examinar a cultura do Israel Bíblico no período pré-monárquico, a fim de analisar a formação de um povo que teve sua existência determinada por uma aliança com Yahweh. Para tanto, terá como ponto de partida, o contexto da Bíblia Hebraica, bem como contribuições da sociologia da religião e da teologia.

A pesquisa objetiva esclarecer a influência da religião no Israel primitivo. Apesar de não existir entre os estudiosos e especialistas uma extensiva compreensão sobre o povo de Israel no âmbito histórico e socioreligioso, referente ao período anterior à monarquia, ainda assim, a pesquisa é praticável e oportuna.

Para melhor compreensão da evolução da história e religião do Israel primitivo

antes de iniciar o estudo propriamente faz-se necessário apresentar um breve relato acerca da Idade Antiga, tomando como base as sociedades do Antigo Oriente Próximo com ênfase nos Impérios Mesopotâmicos, pois a origem do Israel primitivo está ligada ao desenvolvimento daquela região. A análise tem por objetivo proporcionar ao leitor maior conhecimento em relação às sociedades antigas e delinear o fio condutor sobre a história de Israel a partir do estudo dos principais processos que constituíram a formação de um povo e a influência de sua religião.

O propósito do estudo é analisar a cultura do Israel Bíblico, no período pré-monárquico, na intenção de demonstrar o quanto a religião teve seu lugar na conformação do povo de Israel, em suas ideias e práticas religiosas, levando-se em conta a cultura das sociedades do Antigo Oriente Próximo.

O trabalho pretende examinar esse desafio do ponto de vista da disciplina Teologia Bíblica do Antigo Testamento - a partir dos textos extraídos dos livros do Antigo Testamento, bem como das disciplinas de Sociologia da Religião e Antropologia.

A pesquisa será desenvolvida delimitando o período a partir do século XII a.C., quando Israel surge como uma Confederação de Doze Tribos e permanece por duzentos anos unida sob a normativa da aliança. Posteriormente, faz-se um salto metodológico, a fim de elucidar o desenvolvimento da religião através dos séculos até atingir uma nova ortodoxia que deu origem ao judaísmo. Nesse sentido, faz-se uma breve menção ao período do rei Josias (622 a.C.), quando este inicia a reforma cultural, também chamada de Reforma Deuteronomica.

O nome Confederação de Doze Tribos ou Liga Tribal é dado para as tribos patriarcais do antigo povo de Israel, que de acordo com a tradição judaica se originaram dos doze filhos de Jacó, neto de Abraão. Sendo assim, podemos aduzir que a Liga de Doze Tribos surge a partir da linhagem Abraâmica.

Bright afirma que “[...] as narrativas patriarcais estão firmemente fundamentadas na história. [...] Embora não possamos reconstruir a vida de Abraão, Isaac e Jacó, podemos confiantemente acreditar que eles foram indivíduos históricos reais”. (BRIGHT, 2018, p.124).

A pesquisa será basicamente bibliográfica. A leitura de autores nacionais e estrangeiros, ainda que em obras traduzidas, será imprescindível para o bom desenvolvimento do trabalho. A evolução da pesquisa terá influência direta dos autores que compõem a presente

bibliografia. Estas serão de grande importância, a fim de se encontrar a resposta à questão proposta: a influência da religião junto ao povo hebreu.

O progresso do trabalho será realizado em princípio em três etapas.

Primeiramente, será necessário entender o panorama histórico das sociedades do Antigo Oriente Próximo e Impérios Mesopotâmicos uma vez que possuem ligação íntima com a história de Israel. Em segundo momento, pretende-se analisar as origens de Israel estudando as fontes e tradições das origens de Israel, os patriarcas, a formação do povo de Israel, o êxodo, a instalação em Canaã, as organizações e as instituições de Israel no período pré-monárquico, levando-se em consideração o contexto do Antigo Testamento.

A partir do escopo apresentado pode-se verificar que a pesquisa abrange um marco temporal extenso. A história das civilizações do Antigo Oriente Próximo é um tema longo com datação imprecisa. A cronologia deste período é variável de acordo com cada autor.

Para fins de análise a cronologia adotada será os últimos séculos do II milênio a.C, período em que começa a história de Israel, até a crise da Liga Tribal na última parte do século XI. Em termos práticos o período a ser pesquisado será 1250 a.C a 1000 a.C (dois séculos e meio de história).

Em breve síntese a pesquisa pretende fixar-se nas primeiras etapas da constituição de Israel pré-monárquico, enquanto confederação ou Liga de Doze Tribos, passando pelas fontes e tradições sobre o antigo Israel, expondo as hipóteses da instalação na Palestina, caracterizando a religião do povo a partir da aliança firmada com Yahweh e seus desdobramentos, bem como demonstrar em linhas superficiais os caminhos que levaram à nova ortodoxia que se constrói a partir dos textos de Deuteronômio, Esdras e Neemias. Por fim apresenta a visão de mundo do Israel primitivo.

## **CAPÍTULO 1 - ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO**

Nas palavras de Brigh (1908-1995). A religião e a história de Israel estão inextricavelmente amarradas à cultura do Antigo Oriente Próximo. (BRIGHT, 2018, p.22)

Assim, antes de iniciar um estudo sobre a religião e a história do Israel Primitivo, faz-se necessário apresentar um breve relato sobre a Idade Antiga, tomando como base o Antigo Oriente Próximo.

A história das civilizações do Antigo Oriente Próximo é um tema longo e com



datação imprecisa. Acredita-se que durou do final do quarto ao fim do primeiro milênio a.C., mas escapa a uma rigorosa investigação. A cronologia deste período é variável de acordo com cada especialista consultado. O que se tem de concreto é que a reconstrução desse período da Antiguidade é feita através de registros escritos e estudos arqueológicos, sendo certo que a arqueologia oferece apenas evidências circunstanciais.

A presente exposição não tem o objetivo de tratar sobre todas as civilizações do Antigo Oriente Próximo e também não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim apenas destacar algumas linhas introdutórias, a fim de proporcionar ao leitor um maior conhecimento no que se refere às Sociedades Antigas, bem como delinear um fio condutor para abordagem da história de Israel a partir de seus vizinhos.

A região do Antigo Oriente Próximo era internamente caracterizada por planaltos, montanhas, desertos e vales fluviais com condições precárias para a vida humana. No entanto, era nessa região que dois berços da civilização estavam localizados. O Antigo Oriente Próximo era composto por povos mesopotâmicos (sumérios, acádios, assírios, babilônicos, hititas, caldeus), egípcios, israelitas, persas, fenícios entre outros.

As civilizações mais promissoras estabeleceram-se na faixa de planícies férteis próxima aos rios Nilo, Tigre, Eufrates e Jordão. Elas, por vezes, também são chamadas de civilizações de regadio por se beneficiarem das enchentes desses rios e produzirem seu sustento por meio da agricultura. Segundo alguns autores após o ano 3.000 a.C. houve a possibilidade de se escrever a história daquela região, na qual a centralidade estava ligada ao vale do Nilo, Tigre-Eufrates.

Essa faixa fértil caracteriza a zona primordial de desenvolvimento econômico e político do Antigo Oriente Próximo, onde se desenvolveram as primeiras populações sedentárias da humanidade, que no processo de desenvolvimento passou pela revolução agrícola (os homens migraram do sistema de caça e coleta para a agricultura) e, posteriormente, pela revolução urbana (processo de transformações das civilizações).

A história política mais firme da região é exemplificada pelo Egito, pois foi ele quem demonstrou maior continuidade ao isolamento da região pelo deserto e pelo mar, mas ainda assim enfrentaram os hicsos, assírios, persas e macedônicos. No entanto, houve período de decadência e dinastias contendoras. Quanto às civilizações do vale Tigre-Eufrates, estas tiveram numerosos domínios políticos, pois tinham a entrada abertas por todos os lados,

facilitando aos povos de fora do Crescente Fértil a dominação, seja pelos acadianos, gutos, elamitas, mitanitas, cassitas, medos persas e macedônios.

Por todo Antigo Oriente Próximo cada região, por menor que fosse, possuía o seu rei, seu exército, sua burocracia. A rivalidade e o tumulto entre classes eram constantes ao ponto de líderes e regimes políticos serem varridos periodicamente. Os Estados constituíam alianças e lutavam pela soberania, sempre justificando sua existência, atitudes e práticas como sendo a vontade declarada de seres divinos. A religião servia como ideologia para legitimar a ordem social e política existente.

A história política do antigo Oriente Próximo é de difícil determinação. Não se sabe aferir características e fronteiras entre ações políticas e culturais, bem como não se consegue estabelecer se eram idênticas ou divergentes. Mas entre os estudiosos, há um entendimento geral de que existe uma cultura comum, material e intelectual, que sofreu influência por parte dos centros mais antigos dos vales, transformando-se em características locais.

Em breve síntese a história antiga do Oriente Próximo pode ser descrita como uma sucessão cíclica de crescimento e colapso. Com períodos de grande desenvolvimento, florescentes comunidades políticas, grandes cidades, importantes monumentos, extensos arquivos e rebuscado artesanato – sendo separado por lutas monumentais, decadência de impérios e desaparecimentos de culturas locais, período chamado de “Idades das Trevas”.

Na percepção de Liverani, a história da região do Antigo Oriente Próximo é diversa nos detalhes, mas unitária nas suas características principais:

[...] a área é caracterizada por uma notável diversidade nos ambientes naturais (montanhas e estepes, vales fluviais e interior mediterrâneo), por diferentes povos e línguas (semitas, indo-europeus e outros), por vários modos de vida (de urbano a nômade) e modos de produção (de agricultura e pastoreio a artesanato especializado e complexas transações financeiras), por diferentes e complicados sistemas de escrita, por diversidade social no acesso a recursos – de modo que um tratamento unitário pode parecer injustificado. Não obstante, quando comparado com outros centros de civilização (incluindo os centros contíguos do Egito), o Antigo Oriente Próximo parece compacto o suficiente para permitir um tratamento unificado devido à sua intensa fertilização recíproca. (LIVERANI, 2005, p. 2).

## 1.1 - Sociedades do Antigo Oriente Próximo

Os especialistas entendem que é na Antiguidade que se inicia o desenvolvimento humano e no Antigo Oriente Próximo que se constituiu vida social e política, sendo os Egípcios e Hebreus as primeiras civilizações a difundirem urbanização e organização social. Lembrando, que cada sociedade tem temporalidades variadas; ou seja, essa “revolução” não aconteceu em todas as comunidades humanas ao mesmo tempo.

É certo entre os historiadores e estudiosos da Antiguidade que as sociedades da zona do crescente fértil, desenvolviam várias atividades econômicas. Sem sombra de dúvida a grande maioria cultivava a terra com produtos de primeira necessidade como os grãos, mas também lavraram a terra para obter, óleo de oliveira, suplementados por frutas, legumes, hortaliças, cerveja e vinho, bem como lavoura de algodão para confecção de roupas, independentemente se as regiões eram alimentadas pelos vales irrigados ou pelas chuvas. A criação de animais (ovelhas, cabras e gado) era secundária e tinha a função de produzir leite, carne, lã e peles para a população.

Ao longo do tempo essas sociedades precisaram fazer trocas de produtos que apresentavam carências. Desse modo, iniciaram-se as primeiras noções de organização social e divisão econômica, denominadas “Revolução Urbana”. O termo deve ser entendido por processo de transformação de algumas comunidades agrícolas em cidades, onde ocorreram trocas entre elas não apenas de alimentos excedentes, produtos e matérias-primas, mas também troca de informações e conhecimento.

Segundo Barbosa, a história da Antiguidade é um processo de transformações das civilizações. (BARBOSA, 2009, p.9)

A urbanização do Antigo Oriente Próximo deu-se em três ciclos subsequentes. O primeiro ciclo da “Revolução Urbana” (3500-2800 a.C.) está caracterizado pela notável produção agrícola de trigo, bem como pelo crescimento da criação de ovelhas e cabras para a produção de lã, resultado alcançado a partir de aperfeiçoamentos tecnológicos sob gerenciamento dos templos que exerciam a função de agências centrais.

Nesse sentido, os templos de pequenos santuários devotados a uso cultural e administrados por sacerdotes transformaram-se em grandes edifícios, lojas e armazéns, praticando uma econômica baseada em transferências desiguais. Os templos introduziram na

sociedade uma relação de desigualdade, onde a elite poderia explorar a população rural inculcando que seu trabalho tinha intenção de sustentar o deus, sua casa e suas propriedades.

Na cidade-templo o palácio real adquiriu um papel político separado. O líder era um "rei-sacerdote" ou "administradores sacerdotais". O templo geria a economia em adição ao seu papel cultural e o papel de soberano ficava com o deus da cidade. Em 2800 a.C. o sistema inteiro teve um colapso por motivo estrutural interno.

Quanto ao segundo ciclo de urbanização (2800-2000 a.C.) atingiu um horizonte maior, incluindo a Mesopotâmia, o Levante (áreas as margens do Mediterrâneo Oriental) a Anatólia e o Elam. Estas áreas estavam interligadas através do comércio e por fertilização cultural recíproca, bem como pela escrita, exceto a Anatólia e Palestina que não se utilizaram da cultura cuneiforme.

Na Mesopotâmia surgiram dois grupos linguísticos distintos: Sumérios (ao sul), Acádios (ou semitas ao norte). Eles eram diferentes na linguagem e na cultura, mas também em características sociais e políticas. A Suméria herdou a cidade-templo como comunidade política, descrita anteriormente, enquanto os semitas adotaram o modelo de cidade-estado, a qual davam prioridade ao palácio sobre o templo.

Em estágio inicial de desenvolvimento as cidades sumérias exerceram importante papel político, mas a competição por terras cultiváveis desencadeou uma série de guerras internas entre cidades vizinhas. Por volta de (2112-2004 a.C.), a crise havia avançado às áreas periféricas. Entretanto, os reis sumérios em curto período revitalizaram a cultura e a religião suméria, tendo como representativa a cidade-templo de Ur considerada a mais eficiente e consolidada que a Mesopotâmia jamais teve, seja em épocas anteriores ou posteriores. Mas os problemas externos não poderiam ser evitados para sempre. Os nômades semitas ocidentais infiltraram-se na Mesopotâmia e a cidade de Ur foi saqueada e deixada sem renda e proteção. Finalmente, Ur foi sitiada e conquistada pelos elamitas.

Ao norte da Mesopotâmia os acádios dedicaram-se ao comércio local, mercados e feiras da cidade, incluindo o comércio de longa distância que era especialmente importante. A competição nas redes de comércio regerou lutas entre as maiores cidades-estados, causando várias guerras destrutivas. A dinastia Acádia sobreviveu por pouco tempo. O declínio começou após forte pressão dos nômades externos, tanto dos montanhese (gutianos e lulubi) quanto das tribos da estepe (amoritas).



A segunda urbanização alcançou seu apogeu em aproximadamente 2300 a.C., e então iniciou um rápido declínio. As áreas da Baixa e Alta Mesopotâmia, bem como o Levante fizeram parte deste cenário.

O terceiro ciclo de urbanização teve uma longa duração (2000-1200 a.C.). Enquanto algumas áreas permaneceram prósperas, outras passaram por declínio. Isto afetou algumas áreas do Oriente Próximo. A terceira urbanização foi balanceada em três níveis: (i) tecnológico (introdução do cavalo e carruagens como máquina de guerra); (ii) na organização sociopolítica (a partir dos carros de guerra os reis tinham seu comportamento condicionados à atitudes heroicas baseadas em méritos pessoais); (iii) no poder militar (as carruagens de duas rodas proporcionaram mudanças nas táticas de guerra).

Em contraposição com a segunda urbanização que adotava um regime monocêntrico, um novo regime foi adotado: o "sistema regional" de comunidades políticas, na qual se fundiu meia dúzia de estados regionais iniciando um processo de unificação. Quanto às comunidades políticas menores, elas foram integradas como províncias aos reinos conquistadores.

Os estados regionais eram: Egito, reino hitita, reino assírio, a Babilônia cassita e o Elam. Estes concebiam as relações políticas como baseadas em hierarquia (grandes reis - pequenos reis), sendo que os últimos seriam servos dos primeiros a fim de assegurar o dever de lealdade entre os reis. Tratados formais foram escritos discriminando relações diplomáticas e procedimentos comerciais. Ao que tange aos aspectos políticos, a troca de mulheres era praticada amplamente pelos reis, dando e recebendo filhas para os reis vizinhos. Além das esposas, também circulavam nos palácios os escribas, doutores, artistas e mágicos, aumentando a fertilização recíproca na esfera cultural.

Com a adoção do novo modelo "sistema regional", surgiram novas ideologias e as relações socioeconômicas sofreram mudanças desde o início do segundo milênio, quando os trabalhos de aldeões, sob corveia (trabalho forçado), foram substituídos por trabalhadores contratados (camponeses pobres), pois a propriedade - que antes só poderia ser vendida para parentes, a fim de permanecer na família - agora poderia ser vendida para estrangeiros, crescendo o número de pessoas sem posses.

Vários fatores influenciaram o declínio do terceiro ciclo de urbanização: (i) o





crescente rigor socioeconômico; (ii) a piora climática na região do cinto semiárido; (iii) a deterioração do sistema de irrigação nos vales fluviais. Estas foram condições prévias para se chegar à crise do século XII a.C. Possivelmente, por causa da acentuada seca climática a oeste da Mesopotâmia, invasores semitas (arameus e povos relacionados) de origem pastoril esforçaram-se para estabelecer um território próprio, destruindo poderes regionais antigos. A partir de então toda a ordem sociopolítica teve de ser reconstruída com diferentes linhas.

A leste, em contraste aos movimentos de invasores que aconteceram no oeste da Mesopotâmia, os poderes regionais da Assíria, Babilônia e Elam não sofreram com os invasores ocidentais. Embora os arameus tenham feito pressão, as potências regionais foram capazes de seguir nas linhas tradicionais.

A cultura dos povos mesopotâmicos é considerada de grande valia para as demais civilizações do Oriente Próximo, juntamente com as demais sociedades, pois contribuiu para o desenvolvimento da escrita, das ciências astronômicas, matemáticas, medicinais, jurídicas e as artísticas.

Nesse contexto de processo e transformações das sociedades, Liverani, afirma que as civilizações do Antigo Oriente Próximo são as responsáveis por estabelecer fundações materiais da cultura (trabalho organizado, sistemas agrícolas estáveis, vida urbana, organização política, forma de escrita), bem como no campo da religião. O mesmo autor entende que a importância da Antiguidade está no legado ofertado para a vida ocidental moderna. (LIVERANI, 2005, p.1).

## **1.2 – Mesopotâmia (4.000 a.C. a 539 a.C)**

A Mesopotâmia foi assim chamada na Antiguidade devido à estreita faixa de terra localizada “entre rios” Eufrates e Tigre. Os primeiros povos que viveram nessa região foram os sumérios, acádios, assírios, babilônicos, hititas, caldeus e outros que se estabeleceram em torno dos grandes rios. Por volta de 3.000 a.C, esses povos estavam totalmente misturados e se encontraram empreendendo guerras conflituosas uns contra os outros, a fim de expandir seus territórios e exercer o domínio.

É importante lembrar ao leitor que não se fará aprofundamento sobre essas

civilizações. Apenas recortes com traços e características fundamentais serão apresentados sobre as sociedades mesopotâmicas, a fim de conceder um panorama histórico-social, político econômico e religioso, sabendo que outros povos viveram no mesmo período.

Os povos mesopotâmios tinham uma organização social bem diferente uns dos outros. Os sumérios, considerada a civilização mais antiga da história (4000 a.C –1900 a.C), dedicavam-se à agricultura. Foi-lhes atribuído o desenvolvimento de diques, barragens, reservatórios, canais de irrigação, com a finalidade de controlar as cheias dos rios, deslocar águas para as regiões secas e a criação da escrita cuneiforme. Os assírios ficaram conhecidos por serem guerreiros bem treinados e os babilônicos pela sua legislação (Código de Hamurabi – conjunto de leis escritas).

A despeito dessas diferenças pode-se apontar alguns pontos em comuns entre eles. A agricultura de irrigação era a base da economia neste período, bem como a atividade pastoril (criação de carneiros, burros, bois). O trigo, cevada, linho, raízes e legumes eram os principais alimentos.

Quanto à organização social, a sociedade era dividida em classes, desigualmente hierarquizada e estamental, não havendo mobilidade social. É relevante esclarecer que houve



variações através dos séculos na organização social, mas em linhas gerais a estrutura se manteve.

No topo da pirâmide social está o Rei e sua família, cujo o título tornou-se hereditário dando início às dinastias. Logo abaixo estão os Governantes, Nobres, Sacerdotes, Chefes Militares e Comerciantes, camadas sociais mais privilegiadas, pois detinham parcelas do

poder. A maior parte da sociedade era composta por camponeses, trabalhadores explorados. Os escravos eram à base da sociedade e geralmente prisioneiros de guerra ou pessoas livres que tinham perdido a liberdade por não pagar suas dívidas.

O sistema religioso era politeísta (adoravam várias divindades – um Panteão), onde estavam presentes várias crenças, um verdadeiro sincretismo religioso. Os deuses eram do sexo masculino ou feminino, comiam, dormiam, vestiam-se, possuíam morada no céu ou na

terra, nas regiões infernais ou nos templos. Esses traços os distinguiam de criaturas demoníacas. Os deuses diferenciavam-se dos homens por várias qualidades, mas acima de tudo, possuíam uma qualidade negada ao homem: a imortalidade. A vida eterna só estava assegurada aos deuses, aos homens apenas gozariam dos bens deste mundo.

É certo que cada divindade estabelecida era dona da sua cidade, sempre associada a uma força da natureza: vento, chuva, água, terra ou sol, podendo ter sua imagem vinculada à figura humana. Os indivíduos acreditavam que as divindades poderiam ter características dualistas: fazer o bem, mas também o mal. Acreditavam, ainda, em gênios, demônios, adivinhações, magia e astrologia.

Quanto à organização Político-econômica, a maior parte das civilizações era teocráticas. O poder público dos governantes tinha fundamentação religiosa. Assim, o rei era um soberano divinizado, sempre assessorado por sacerdotes e burocratas que administravam as terras e as obras hidráulicas (sistemas de irrigação). O governante era o dono das terras que teoricamente eram dadas por um deus e entregues aos camponeses organizados em famílias patriarcais, com o objetivo de trabalhar para o seu sustento. Parte da produção excedente era entregue ao Estado como forma de tributo.

Em poucas palavras Cardoso (1942–2013) elucida essa prática: o rei detinha o poder que, pela crença, havia sido dado por um deus, e usava, além do convencimento espiritual, de métodos coercitivos para que os indivíduos desenvolvessem as tarefas necessárias. (CARDOSO, 1990).

A economia, em linhas gerais baseou-se no desenvolvimento da atividade agrícola neste período, na qual a terra era uma propriedade coletiva administrada pelos templos e palácios. O Estado e os templos administravam os meios de produção de forma arbitrária, emprestando sementes aos camponeses e cobrando juros sobre elas.

Nesse sentido, a forma de produção dominante era templário-palaciana. Eram eles que controlavam todo o sistema financeiro. O comércio era elemento crucial e com o passar dos séculos fortaleceu-se, o que motivou mudanças significativas com a desagregação da forma de produção. A classe dos comerciantes, empregados dos templos e dos palácios, podia praticar negócios por sua própria conta, favorecendo o surgimento de caravanas mercantis que comercializavam diversos produtos.

As transações comerciais eram praticadas à base de troca, inicialmente pela

cevada depois pelos metais. Com o desenvolvimento de empreendimentos mercantis e um acentuado comércio de importação e exportação de produtos, uma organização econômica foi se solidificando e operações financeiras foram surgindo: corretagem, utilização de recibos, escrituras e cartas de crédito.

### **1.2.1 – Dois Grandes Impérios Mesopotâmicos: assírios e babilônicos**

É oportuno esclarecer a temporalidade da abrangência neste ponto específico do estudo. A narrativa sobre os Impérios Mesopotâmicos (assírio e babilônico) será fixada a partir do século XII a.C., arqueologicamente conhecida como Idade do Ferro Inicial (1200-750 a.C.), na qual a Mesopotâmia era controlada, principalmente, por esses dois impérios.

A partir de então se fará um pequeno recorte para elucidar a evolução política, econômica e religiosa dos primeiros impérios com pretensão universal. Contudo, é importante registrar que existiram outros povos que viveram nesse período. Pôde-se constatar a presença de reinos hititas na planície síria, mais ao sul do Mediterrâneo, enquanto os filisteus e israelitas disputavam o interior de Canaã. Na planície mesopotâmica os assírios, babilônicos e elamitas procuravam instituir uma soberania como haviam atingido no passado. Este é um período caracterizado por lutas políticas entre as grandes potências, incluindo povos menores, todos em buscar de expansão. Por esse motivo é um período também chamado "Idade das Trevas".

Os problemas políticos das grandes civilizações aqui mencionadas são caracterizados por três eventos capitais da história mesopotâmica: as invasões aramaicas, as instaurações dos impérios e sua queda.

Após mais de três séculos de incessantes lutas internas entre os povos daquela região, não havia mais divisão política, favorecendo os nômades arameus iniciarem sua expansão avançando em todas as direções, tanto para o norte quanto para o sul. As invasões aramaicas aconteceram logo depois do “povo do mar” ter feito incursões à Mesopotâmia. A região encontrava-se em estado de penúria, facilitando a disseminação dos arameus que dominaram a Síria, a partir do século XII. Apesar das sucessivas vitórias e domínio de várias regiões, os arameus foram derrotados. Mas sua língua impôs-se, tornando a língua oficial do império Persa, superando o hebraico na Palestina. Contudo, a história do povo arameu continua obscura.

Os dois grandes impérios assírio e babilônico tiveram lutas políticas ancestrais,

ambos foram três vezes devastados e se achavam incapazes de alcançar vitória decisiva contra o outro. Com o passar dos séculos, as forças das duas potências foram sendo minadas por pequenas incursões, seja pelos elamitas que incitava a Babilônia, dificultando suas manobras contra a Assíria, seja pelos nômades arameus que penetravam nas aldeias assírias. Tudo leva a crer que durante esse período os dois impérios iniciaram a luta pela sobrevivência mediante invasões elamitas e aramaicas. Na primeira metade do século XII o Elam havia se tornado a mais importante potência militar do Oriente Próximo. Assim, a partida tornou-se uma disputa a três.

Por volta de 1110 a.C. Nabucodonosor I reorganizou o exército babilônico e partiu em campanha contra o Elam, libertando a Babilônia da sujeição dos elamitas, sob a proteção divina de Marduk, pois este ansiava voltar para sua pátria (uma vez que era o deus da cidade da Babilônia).

Economicamente as duas potências universais tinham atividades muito similares centradas na agricultura. Na Assíria, o desenvolvimento do comércio foi pouco informado. O mínimo conhecimento que se tem apoia-se em indícios. Quanto ao comércio internacional, este foi suscitado em 734 a.C., sob o império. Comercializavam produtos de luxo e material raro de alto custo. O fornecimento durante muitos anos foi garantido por expedições militares. O Estado tinha o total controle da economia: gerenciava a produção agrícola e industrial, bem como os intercâmbios comerciais e encarregava-se dos trabalhos de interesse público.

Na Babilônia o papel econômico dos templos era fundamental, pois possuíam a maior parte das terras cultiváveis. O comércio era pautado, tal como na Assíria, por importação de produtos exóticos de longa distância. Resumidamente, um Estado despótico desenvolveu-se nos dois grandes países (Assíria e Babilônia).

A partir do III milênio os povos do Oriente Próximo adotaram a instituição monárquica por diversos motivos, seja por necessidades econômicas, tendo em vista um sistema de irrigação por equipamentos deficientes, ou por quererem imitar outras nações com formas de políticas eficientes.

Por volta de 1300 a.C. a Assíria sob o comando de Generais bem treinados, com espírito conquistador, rudes e com táticas cruéis, partiu em campanha em direção ao Mediterrâneo, conquistando a supremacia sobre outros povos e formando um grande império. Revoltas internas favoreceram uma longa guerra civil que minaram a Assíria e este foi o



principal fator que fez o império desmoronar. A queda do império assírio foi quase um escândalo histórico e figura como um enigma, pois era considerado uma máquina militar e em menos de vinte anos estava vencido pelos babilônicos e medas. Acredita-se que os medas deram apenas o golpe final em um país esgotado em 612 a.C. A queda do império assírio foi o mais forte abalo ao mundo antigo oriental.

A fundação do império babilônico se deu no reinado de Nabopolassar e foi consagrado à luta contra a Assíria. O império enfrentava o mesmo problema que a Assíria com as guerras civis. Possivelmente estava tão debilitado quanto seus adversários, após tantos anos de lutas. Durante o século seguinte, dando sequência à dinastia babilônica, alguns reis subiram ao trono. Nabucodonosor, um dos últimos reis mais conhecidos, apesar das ressalvas quanto às qualidades militares, soube edificar e manter um império, atuando como um verdadeiro estadista. A queda do império babilônico aconteceu sob o domínio do rei Nabonido e foi tão rápido que mais pareceu um incidente. O rei da Pérsia, Ciro, em 539 a.C. assume a liderança e a Babilônia independente deixou de existir. O sentimento dos contemporâneos era de que apenas havia mudado o soberano e, portanto, não deram grande importância a este fato.

Quanto ao aspecto religioso da Mesopotâmia constata-se que os panteões eram muito similares e ambos tinham origem suméria. Sendo assim, quase não houve ruptura na religiosidade dos povos. Apenas existia uma pequena diferença entre os povos de língua semítica (acádio, aramaico, hebreu, assírios, entre outros) que tinham disposição para uma devoção individual, além de crerem na identidade entre o nome e a coisa significada, ou seja, nomear uma coisa era dar-lhe vida e ter poder sobre ela.

Em um ponto todas as civilizações mesopotâmicas concordam: o homem foi criado para o serviço dos deuses. Há uma divergência na tradição de cada povo, mas a ideia central é a mesma: o elemento divino está no homem.

Os cultos aos deuses seguiam alguns rituais: as estátuas após a cerimônia de abertura da boca e olhos criavam vida e os responsáveis deveriam atender aos cuidados materiais que os deuses necessitavam. Os autores Garelli (1924 - 2006) e Nikiprowetzky (1919 - 1983) classificam esse sistema religioso praticado pelos povos assírios e babilônicos:

As estátuas eram fabricadas nas oficinas dos templos. Dava-se-lhes vida em cerimônia de “abertura” da boca e dos olhos; pós a “lavagem da boca” irradiavam a presença divina. A partir de então, o deus residia com sua família na cela do templo, onde constituíam objeto de desvelo por parte dos ecônomos. Estes lhes serviam, de duas a quatro vezes por



dia, refeições provavelmente regidas pelo cerimonial da corte real. Os alimentos não se destruíam por cremação, como em Israel. Eram apresentados à divindade sobre a mesa, ou balançados na frente, prática igualmente atestada no Antigo Testamento, e os deus os consumia com o olhar. Pelo olhar operava-se a transubstanciação dos alimentos em energia espiritual. Os “restos” da mesa divina eram, a seguir, apresentado ao rei. Os membros do clero e o pessoal subalterno do templo também partilhavam dessas oferendas. (GARELLI, NIKIPROWETZKY, 1982. p.148).

Era prática habitual entre os assírios e babilônicos a recitação de preces composta em suas línguas. Havia hinos de glorificação, súplicas e salmos de penitência. Os cânticos eram acompanhados com flauta e tímpano ou timbale de couro de boi. As preces demonstravam sentimento de temor, admiração e um verdadeiro amor pelos deuses. Em contrapartida, o deus era um senhor que amava seus servidores, não recusando a atender os seus pedidos. Caso a presença física do deus desaparecesse em mãos de inimigo, a população perderia seu protetor.

Nesse sentido entende-se a importância dos templos na vida nacional das civilizações. A dimensão dos templos era outro fator de demonstravam sua importância na Babilônia, o templo de Marduk tinha cerca de 16.000m<sup>2</sup> e havia mais cinquenta outros templos para divindades locais. Quanto ao deus dos assírios, os templos tinham dimensões menores, mas também imponentes. O serviço do culto requeria muitas pessoas, e os títulos dos encarregados variavam segundo o lugar e a época. Mas é importante ressaltar que existiam adivinhos, purificadores, cantores, lamentadores e tendo em vista a amplitude das necessidades materiais, o templo mantinha escribas, trabalhadores e serventuários subalternos.

Quando se procura obter informações sobre as estruturas políticas, econômicas, sociais e religiosas dos impérios mesopotâmicos, encontravam-se dois grandes entraves: as lacunas na documentação da época e a falta de investigação na modernidade.

Para as primeiras civilizações, especialmente as que se estabeleceram na Mesopotâmia, o fator religioso era de grande significância, o qual assegurava aos monarcas a obediência de seus súditos, uma vez que a submissão ao rei era desejada pelos deuses. Estes deuses exerceram forte influência sobre as civilizações posteriores, deixando um forte legado ao ocidente, tanto quanto à religião, entre outras heranças.

[...] algumas questões ainda marcam as discussões historiográficas, como aquelas relacionadas à política na Antiguidade, em especial na

Mesopotâmia, sociedades nas quais a dimensão política, que hoje julgamos razoavelmente discernível, ainda não estava claramente delimitada e nem podia ser “separada”, por exemplo, das características religiosas de cada povo. Assim, a separação feita, com finalidade analítica, das dimensões política, econômica e cultural é, inevitavelmente, artificial, pois os templos e os palácios eram parte integrante do Estado e elementos centrais no gerenciamento da produção, distribuição e circulação de bens e serviços, unindo os mundos divino, natural e humano. (BARBOSA, 2009, p. 87).

A partir do século XII 1200 a.C., o Antigo Oriente Próximo, em especial as civilizações mesopotâmicas estavam em dificuldades: os sumérios já estavam fora de cena, os egípcios em total desordem, os assírios e babilônicos em constantes guerra entre si e com os povos do norte. Assim, na Idade do Bronze recente a luta pelo poder teve fim com a morte ou esgotamento de todo os contendores. Nesse ínterim a vida na Palestina estava um completo caos.

É nesse breve contexto que Bright (1908-1995), afirma que Israel nasceu num mundo já antigo e exaurido. (BRIGHT, 2018, p. 23).

O relato da “situação do mundo” do Antigo Oriente Próximo, torna-se necessária para o nosso estudo no intuito de destacar a herança que Israel compartilhou com seus vizinhos no tocante a cultura pagã ao redor, bem como a identidade religiosa.





## CAPÍTULO 2 - AS ORIGENS DO POVO DE ISRAEL

É importante elucidar ao leitor que a proposta do presente trabalho é demonstrar a influência da religião na vida de um povo, em seus vários aspectos, a partir do Israel liberto. Nesse sentido, apresentou-se um breve pano de fundo, sobre a situação dos vizinhos de Israel, especialmente os povos mesopotâmicos.

No início das grandes civilizações do Oriente Próximo e durante a formação dos primeiros impérios mesopotâmicos, a terra imediata da Bíblia, conhecida como Canaã, Israel ou Palestina era apenas uma pequena província, um país secundário que sem dúvida, na passagem do I milênio teve um notável destino.

Em se tratando das origens de Israel, Gottwald afirma que não existe uma única versão dominante. Quando muito, podemos falar de várias suposições amplamente compartilhadas, com base nas quais os especialistas organizaram materiais das fontes numa série de histórias do Israel pré-monárquico em parte coerentes e em parte conflitantes. (GOTTWALD, 1986, p.21).

Segundo a Bíblia hebraica, as origens de Israel iniciam-se com os patriarcas: Abraão, seu filho Isaac e seu neto Jacó, do ponto de vista bíblico são as tradições de Gênesis 12-50, relacionadas ao antepassado de Israel. Os estudiosos não são unânimes no que diz respeito ao início da história de Israel, alguns acreditam que iniciou com os patriarcas outros, a maioria, no entanto, acredita que o início se deu com Moisés. Gottwald, analisa o início da história de Israel a partir de uma visão sociológica e desenvolve seus estudos após a entrada de Israel em Canaã.

[...] das tradições patriarcais é possível deduzir informação quanto à pré-história de alguns povos em Israel. [...] das tradições mosaicas, conhecimento quanto à fase pré-israelita do javismo como sendo a fonte das crenças fundamentais de todos os israelitas. [...] de nenhuma as duas séries de tradições, contudo, é possível deduzir uma história direta de Israel. A informação contida nas tradições patriarcal e mosaica será história útil só quando, por outras fontes, tivermos fixado a história primitiva de Israel em Canaã. (GOTTWALD, 1986, p.56).

A partir do século XII a.C., período fixado para o desenvolvimento do presente estudo, Israel surge como uma confederação de doze tribos. Alguns autores admitem que as tribos de Israel constituíam uma liga sacra. A princípio não se sabe ao certo qual o vínculo que os unia, pois não formavam um Estado, cada tribo era independente. Não tinham governo



centralizado, nem capital ou administração, a autoridade era exercida por um ancião ou quando se tratava de questões judiciárias, por Juízes.

As tribos de Israel se mantiveram unidas por dois séculos. Nesse sentido atribui-se o elo religioso como principal fator de coesão, pois não havia uma organização política. O povo de Israel tinha o entendimento que a aliança estabelecida com seu Deus Yahweh firmava um laço religioso, político e jurídico que os unia e a quebra dessa aliança em qualquer um dos aspectos provocava uma tensão religiosa.

Não querendo simplificar exageradamente as origens de Israel, acredita-se que com a formação da confederação israelita sob uma fé atribuída a Abraão pelas tradições individuais dos grupos existentes à época foram nacionalizadas ou extintas. A tradição do Antigo Testamento aplicou à nação inteira alguns eventos relacionados a uma fração do povo, de maneira que as tradições de determinadas tribos foram acrescentadas ao núcleo das antigas narrativas, tonando-se tradição nacional de Israel.

## **2.1 - Os Patriarcas**

As tradições patriarcais são muito sombrias não havendo garantia suficiente para aceitar como fundamentos históricos fidedignos. Escrever sobre o período patriarcal não é fácil porque não há possibilidade de indicar datas precisas sobre os antepassados de Israel. Sabe-se apenas que o período dos patriarcas abarca uma época anterior à formação do povo de Israel, antes de adentrar em Canaã. Os estudiosos, ainda que não possam datar com precisão o período dos patriarcas, sugerem a data das migrações aproximadamente entre (2000-1550 a.C.), Idade do Bronze Médio – a primeira metade do segundo milênio. Esta periodização coincide com as evidências arqueológicas e extrabíblicas.

É comumente aceito do ponto de vista tradicional da Bíblia hebraica que a pré-história de Israel começa com os patriarcas, período que abrange Abraão e seus descendentes imediatos. As narrativas patriarcais de Abraão, Isaac, Jacó e seus filhos formam como que o “prólogo da história de Israel” (Gn 12 a 50). O texto bíblico narra que o patriarca Abraão tinha vindo da cidade-estado mesopotâmica de Ur com destino a Harã e, depois, à Canaã (Gn 1.31-12.9), como seminômade.

A maior dificuldade para se reconstruir os acontecimentos históricos de Israel é



o grau de segurança para usar as tradições primitivas. Existe uma discussão acirrada entre os pesquisadores quanto à aceitação ou não das narrativas bíblicas como documentos históricos, pois entendem que os acontecimentos narrados não são contemporâneos à época em que foram escritos.

No século XVIII da nossa era iniciou-se um movimento, a fim de demonstrar que a datação do Pentateuco (cinco primeiros livros da Bíblia) e a autoria dos livros, o que tradicionalmente é aceito como escritos por Moisés, não o foi. Nesse sentido, pelo fim do século XIX foi apresentada a hipótese documentária que, basicamente, defendia a teoria de que existiam quatro grandes fontes “JEDP”, referente à história mais antiga de Israel e possivelmente foram compiladas por Esdras, no período pós-exílico – (este tema que será abordado com mais detalhes logo à frente).

A partir dessa hipótese, as narrativas patriarcais de Abraão, Isaac e Jacó foram explicadas como epônimo de clãs, ou seja, referem-se a uma personalidade histórica, mítica. Em vista disso, até hoje as tradições primitivas são aceitas com relutância quanto à história do Israel primitivo. A questão sobre as narrativas bíblicas dos patriarcas serem ou não aceitas como figuras históricas reais, ainda é muito controversa.

É praticamente impossível reconstruir a história das origens de Israel, tendo em vista a limitação da própria Bíblia porque parte destes começos são desconhecidos e as informações pormenorizadas ficam muito além do alcance da arqueologia. Para os estudiosos bíblicos, adeptos do método do texto bíblico como fonte histórica, uma forma indireta que comumente tem sido usada para se aproximar das informações, é o método da inferência. Faz-se analogia com as fontes “JEDP”, com o ambiente do Antigo Oriente Próximo, tentando situar as narrativas patriarcais no contexto sociológico na primeira metade do segundo século, a fim de obter coerência no relato bíblico.

Teologicamente, as origens de Israel tiveram início com um homem, Abraão.

Em breve síntese o livro do Gênesis 11:24ss, traz referências às narrativas patriarcais. O relato sugere os inícios da família de Abraão, homem chamado por seu Deus, da cidade de Ur dos Caldeus, na Mesopotâmia para Canaã, a fim de formar um povo com uma crença no Deus Único com a promessa de se estabelecer na Terra Prometida. Abraão parte em sua longa jornada e faz uma parada em Harã, em seguida entra em Canaã. O relato prossegue com Sara, sua esposa, que na velhice concebe a Isaque, o filho da promessa. A narrativa de

Isaac é a mais curta dos patriarcas, pois a figura de Jacó, seu filho, torna o período patriarcal dinâmico, sendo o portador da promessa para as gerações futuras. Quando a terra de Canaã foi assolada pela fome, Jacó, seus 12 filhos e suas famílias foram para o Egito, onde seus descendentes foram escravizados.

Quanto à narrativa do Gênesis sobre José esta funciona como uma “ligação” entre a época dos patriarcas e a da peregrinação de Israel no Egito.

Um grupo significativo de pesquisadores entende que os acontecimentos descritos nos textos bíblicos estão profundamente entrelaçados com a teologia. Assim, o gênero literário dos textos patriarcais é uma história teológica, embora também seja considerada uma obra de história antiga.

Do ponto de vista religioso os autores Provan, Long e Longmann III, entendem que,

[...] o Antigo Oriente Próximo foi o palco da família dos patriarcas, e os israelitas e seus ancestrais passaram por ele muito rapidamente, apenas como sombras. [...] A única fonte de informação direta sobre o período em que os patriarcas de Israel viveram é o livro bíblico do Gênesis 11:10 - 36:43). [...] dependemos quase que inteiramente da Bíblia para obter informações sobre eles “antes da conquista da terra”. (PROVAN, LONG e LONGMAN III, 2016, p. 170)

Da mesma forma que não se pode afirmar sobre a datação do início do período patriarcal, também não há conhecimento suficiente para afirmar sobre o final da Idade Patriarcal. Indiscutivelmente, os antepassados de Israel percorreram um longo processo com duração de vários séculos até chegarem à Palestina.

Em contradição à visão teológica que presume as origens de Israel a partir de Abraão, a visão sociológica entende que os descendentes do Israel primitivo vieram de vários troncos diferentes, podendo ser de clãs de origem consanguínea que de acordo com sua tradição própria imigraram para a Palestina em grande número nos começos do segundo milênio. Supostamente, misturaram-se proliferaram com o passar do tempo.

Em suma, não sabemos nada sobre as vidas de Abraão, Isaac e Jacó a não ser o que nos diz a Bíblia. Talvez um método positivo seja balancear as investigações das tradições com o cenário do mundo da época e procurar caminhos permitidos pelas evidências arqueológicas.



Quanto à religião praticada pelos patriarcas, é impossível retrata-la. Acredita-se que a religião patriarcal deve ser compreendida a partir do aspecto religioso do antigo Oriente Próximo, na qual o sistema religioso era politeísta. A própria Bíblia relata que os antepassados de Israel eram pagãos (Js 24:2) e as divindades eram associadas a uma força da natureza: sol, lua, chuva, terra, água, vento.

Textos capadóciolos e outros da Idade Patriarcal indicam um relacionamento pessoal entre o chefe do clã e o deus do clã. Este era um costume entre os nômades semíticos, assim, cada patriarca tinha o seu Deus pessoal que era patrono do seu clã. Pode-se supor que o Deus patrono seja adorado acima dos outros deuses ou até mesmo dizer que o Deus patrono era o único a ser adorado, mas incorreto pensar que a religião patriarcal era monoteísta.

Embora permaneçam muitos hiatos, assim como tantos outros pontos obscuros da história de Israel, não há explicação sobre como que experiência religiosa induziu Abraão a aceitar à voz de um Deus “desconhecido” e partir para uma terra estranha dando início à história e à religião de Israel, segundo a tradição.

Considerando a complexidade dos processos históricos e as várias interpretações da história das tradições, bem como a fixação da crítica-literária, existe grande dificuldade em se responder sobre o que de fato aconteceu e o que os patriarcas realmente criaram.

## **2.2 - O Grupo de Moisés**

Grande parte das tradições (J, E e P), a respeito de Moisés e o povo liberto da escravidão do Egito, são encontradas nos livros bíblicos do Êxodo, Levítico e Números. Do êxodo propriamente dito não se tem evidência extrabíblica.

Quanto à datação do êxodo, esta tem sido estudada através das aproximações histórico-críticas no contexto egípcio, que propõe o ambiente do século XIII para o êxodo. Os estudos foram feitos a partir da cadeia de eventos tradicionais, desde a descida ao Egito até a instalação em Canaã, mas as opiniões se divergem se ele ocorreu mais cedo ou mais tarde no século XIII. O que se tem como certeza é que não foi no século XV, pois se assim fosse não haveria como se equiparar Israel aos livros de Josué e Juízes. A cronologia mais aceita amplamente é a do século XIII para o êxodo, apesar de ir contra as fontes pentateucas mais recentes, mas parece que essa data é a melhor maneira de se conciliar os dados bíblicos se analisados em conjunto.

A narrativa bíblica do grupo de Moisés é de fácil explicação. Os descendentes

de Jacó que estavam no Egito formaram grandes tribos e ao longo do tempo foram oprimidas pelos faraós. Moisés foi comissionado por Deus de nome Yahweh para libertar o povo escravizado no Egito. Diante da negativa de faraó pragas são lançadas ao Egito, o povo israelita escapa através do mar, caminha pelo deserto até a montanha do Sinai, onde Yahweh aparece e entrega as suas leis e faz uma aliança. Após murmurações e revoltas durante a caminhada chegam perto de Canaã. A grande riqueza da narrativa está nos adornos de cada acontecimento sobre os temas principais: Êxodo, Aliança e Legislação.

Quanto à religião não se tem conhecimento se foi praticada por outros povos antes de Moisés, no sentido de adorar um único deus chamado Yahweh. Estudiosos supõem que a religião de Yahweh era conhecida pelos madianitas (quenitas) e que Moisés conheceu-a através de seu sogro Jetro, esta é uma possibilidade. Outra viabilidade é que Yahweh foi cultuado pelos antepassados de Moisés. A partir dessas hipóteses os estudiosos formulam apoio externo, a fim de obter a resposta se foi ou não com Moisés que começa a religião de Israel. Porém os pesquisadores ao se aprofundarem nos métodos para solucionar esse problema ficam sujeitos em um raciocínio circular, tendo em vista que as tradições que pretendem avaliar são parte das provas que precisam trabalhar. Assim, tudo isso não passa de conjecturas.

Como tudo que se refere às experiências de Israel, falar sobre as práticas religiosas do grupo de Moisés tem sua dificuldade, pois o maior problema é distanciar os elementos religiosos dentro do contexto histórico sobre Moisés. Levando-se em consideração que existem muitos fatores indeterminados, uma vez que as tradições foram alteradas quando reescritas e reeditadas, o autor Norman K. Gottwald sugere que se faça um esboço das influências formativas sobre a religião e como ela foi transmitida, após a morte de Moisés, tendo em vista a falta de informações sobre a prática religiosa do grupo de Moisés.

Em lugar de pensarmos que estamos sondando o núcleo histórico original da religião de Moisés e de seu povo, é mais sensato aceitar que estamos esboçando de que modo à religião de Moisés foi recordada e transmitida em tradições que surgiram no meio dos israelitas intertribais em Canaã durante as gerações após a sua morte. (GOTTWALD, 1988, p. 197).

Nesse sentido, faz-se uma breve exposição sobre os princípios básicos introduzidos por Moisés ao povo antes de entrarem em Canaã. A tradição israelita apresenta-o como aquele que levou o povo a fazer uma “aliança” com Yahweh na forma de pacto, a fim de assegurar que as futuras comunidades de famílias/clãs (posteriormente tribos), não deveriam ter



suseranos humanos, mas um deus soberano que legitimava a aliança. Também deixou a “lei” (instruções e regulamentos sócio-econômicos e religiosos, bem como uma lista de proibições – Dez Mandamentos), as proibições não são claras sobre como a comunidade deve se comportar diante do decálogo. Na sequência a tradição Sacerdotal admite que as práticas de culto da comunidade pós-exílica foram introduzidas por Moisés e ficaram inalterados durante séculos.

É senso comum entre os pesquisadores que na tradição mosaica dois elementos socioreligiosos foram os componentes primordiais para manter o povo unido: a inserção de nova divindade sob o nome de Yahweh e o seu culto.

A trajetória de Moisés, enquanto líder do povo de Israel no deserto deixa um legado para a existência do povo em Canaã, significa dizer que, a comunidade estabelecida em Canaã enfrentara situações difíceis na organização povo, similares as que Moisés enfrentou durante a peregrinação. Assim, as dificuldades enfrentadas anteriormente servem como parâmetro para que a confederação israelita possa estabelecer soluções.

### **2.3 – As Fontes e Tradições Sobre o Antigo Israel**

Para chegar ao conhecimento da história do Israel primitivo são diversas as fontes que abordam a questão da data e composição do Pentateuco, bem como das narrativas expostas ali. Trata-se de um assunto complexo, sendo certo que todas as fontes têm seu valor, mas variam na historicidade.

Na visão religiosa tradicional o Pentateuco foi composto por Moisés, que viveu séculos mais tarde, aproximadamente entre os anos (1446-1406 a.C.). A perspectiva de Moisés ser o autor do Pentateuco ainda é aceita por judeus e cristãos mais conservadores, mas severamente debatida pelos estudiosos modernos.

A partir da Renascença, a Reforma e o Iluminismo do século XVIII, tendo em vista as mudanças sociais e a expansão do método científico, a Bíblia deixou de ter uma concepção exclusivamente religiosa e centralizada na igreja, tornando-se acessível a vários métodos de pesquisa.

A primeira tendência ligada à exegese tradicional histórico-crítica e a mais aceita e debatida na academia, e por vezes refutada durante os três últimos séculos da nossa era, foi a Hipótese Documentária, sendo certo que não há nenhum estudioso bíblico que domine compreensão profunda de todos os métodos operantes nos estudos sobre a matéria.

A Hipótese Documentária trata-se de um movimento iniciado no século XVIII com o objetivo de examinar as críticas literárias quanto à autoria e datação do Pentateuco, tendo como base as inconsistências do texto bíblico.

A partir século XIX, outras fontes foram sendo conhecidas, fomentando debates entre críticos, filósofos e teólogos e novas teorias acabaram surgindo. Foi nesse contexto que a apareceu a teoria literária conhecida pelo codinome “JEDP”. A Hipótese Documentária é também chamada, na teologia moderna, de Hipótese de Wellhausen, em homenagem ao seu autor, Wellhausen (1844–1918).

Wellhausen sustenta que o Pentateuco se originou de quatro fontes independentes, narrativas completas em si mesmas e diferentes com compilação pós-exílica, e mensagens distintas que foram combinadas na sua forma final por redatores que tentaram manter o sentido original dos documentos. A maior contribuição desse autor foi a cronologia das fontes como JEDP ajustando-as de forma coerente, segundo a evolução da história de Israel.

A Hipótese Documentaria afirma que existiam quatro grandes fontes concernentes à história mais antiga de Israel, compostos entre (950-550 a.C), sendo redigido em 450 a.C., possivelmente por Esdras, conhecidas como JEDP.

O Javista - Considerada a mais antiga tradição, conhecida pela Letra (J). - Os especialistas acreditam que o texto foi escrito em Judá (reino do sul do antigo Israel), entre (950-850 a.C.), onde Deus é descrito em linguagem antropomórfica (Deus é retratado em termos humanos). A narrativa apresenta os começos de Israel, de a criação até a entrada de Israel em Canaã. Sua característica principal, em geral, atribui a Deus o nome de Yahweh.

O Eloísta - A fonte (E) de acordo com a hipótese documentária é caracterizada pela descrição de um Deus humano, nesse sentido, utiliza a palavra genérica “Elohim”, uma forma impessoal de tratamento, isto até a revelação do nome Yahweh descrito em (Ex 3:6). Escrito possivelmente entre (850-700 a.C.), com um estilo narrativo mais moderado, mas com muitos temas paralelos com o Javista.

O Deuteronomista - Esta fonte é representada pela letra (D) e no Pentateuco é restrita ao livro de Deuteronomio, embora tenha indícios nos livros de Josué, Juízes e Reis. Não há um consenso entre os especialistas da Bíblia sobre sua datação, mas pode ter sido composta entre (650-621 a.C.), antes do exílio na Babilônia (547-539 a.C.).



O Escritor Sacerdotal - simbolizada pela letra (P) do alemão sacerdote – *Priester*. A fonte “P” é originária do sul de Israel, estimam sua datação entre (600-400 a.C.), tendo como líderes membros dos grupos sacerdotais. Estudiosos caracterizam a fonte como uma narrativa histórica com pouco estilo literário.

Este é um método que valoriza a crítica e a autenticidade das fontes, esta formulação foi admitida quase que universalmente pelos pesquisadores posteriores, mas não faltam aqueles que a recusam.

Sem negar a divisão das fontes, mas considerando seu desenvolvimento, novas pesquisas foram sendo feitas no decorrer dos séculos, com o intuito de aperfeiçoar o método da Hipótese Documentária. Verifica-se que as datas propostas pelas “hipóteses” têm seu valor inicial como um começo necessário para os pesquisadores sobre a questão das origens das fontes. De certo, outras perspectivas foram sendo inseridas no estudo, seja no âmbito da crítica literária, ou na história das formas (tradições orais – compilações populares).

Importante elucidar que a teoria da hipótese documental não é matéria de fé, ela está baseada em crítica literária a partir das fontes da Torá, também chamada de Pentateuco. Nesse sentido Wellhausen nega a existência dos patriarcas como personagens históricos, e ainda hoje essa teoria tem grande aceitação, ela não foi abandonada.

Outra fonte a ser considerada é a fonte histórica, que valoriza as informações dos textos bíblicos. Vários autores são adeptos deste método não apenas historiadores judeus, mas também americanos. Os principais defensores são aqueles ligados à escola de Willian Foxwell Albright (1891-1971), doutor em arqueologia bíblica. Albright defende que as narrativas patriarcais não foram simplesmente personagens bíblicos, mas também históricos, indiscutivelmente uma rica fonte de informação sobre épocas remotas.

O papel da tradição oral na transmissão do material do mundo antigo teve grande importância. É comumente aceito que muito da literatura bíblica foi transmitido oralmente, ainda que se tenha o material de forma escrita, acredita-se que a tradição oral não foi substituída, ambas seguiram lado a lado. Não se conhece como as fontes (J) e (E) foram transmitidas se de forma oral ou escrita, ou de ambos os modos simultaneamente. Mas é certo assinalar que a tradição oral tem mais coesão quando se conhece a escrita.

Existe uma estreita relação entre as tradições literárias com a primitiva história

de Israel. A literatura oral primitiva tinha como objetivo principal relatar os feitos do povo e os de Deus, Yahweh. Esta tradicional literatura oral era utilizada para fortalecer laços do movimento intertribal de Israel, por meio das assembleias públicas e cultos.

As tradições são importantes para a reconstrução do Israel primitivo, pois tem a intenção de registrar narrativas de “origem” sacral-oral em seus poemas e leis projetadas para a instrução e celebração. Seu lugar procede do Israel intertribal unificado, assim as informações são secundárias com intervalo considerável sobre grupos e líderes dos tempos anteriores como os patriarcas e de Moisés.

Há ainda valiosas fontes secundárias que trazem conhecimento do povo de Israel, sejam elas extrabíblicas e/ou arqueológicas do período em estudo. O estudo arqueológico e os textos extrabíblicos servem para enriquecer a compreensão dos seus habitantes, sua formação social, política e religiosa, seu modo de pensar, dando subsídio para entender os começos de Israel em alguns aspectos, para além da Bíblia hebraica.

As pesquisas arqueológicas procuram laçar luz às tradições das origens de Israel na falta de uma base objetiva, uma vez que o valor histórico dos documentos é colocado em dúvida. Os pesquisadores entendem que a partir das recentes escavações em sítios de arqueologia bíblica foram sendo encontrados e analisados fragmentos de material e inscrições, os quais permitem uma luminosidade acerca do período contemplado pelo Pentateuco. Como exemplo mencionam os textos de Mari, os textos Capadóciolos, os textos de Nuzi e mais recentemente os textos de Ebla, entre outros documentos. Contudo, isso não significa dizer que as pesquisas arqueológicas e os textos encontrados provam que a narrativa bíblica é correta.

Nas palavras de Bright, as evidências arqueológicas não podem ser superestimadas, pois ainda não provaram que as narrativas aconteceram exatamente como a Bíblia as relata, mas também não há nenhuma evidência que a contradiga. Pode-se crer ou não.

O testemunho da arqueologia é indireto. Ele tem dado ao quadro das origens de Israel, como estas são traçadas pelo Gênesis, um sabor de probabilidade, e tem fornecido o pano de fundo para entender este quadro, mas não tem provado que as histórias são verdadeiras em seus pormenores, e não o pode fazer. (BRIGHT, 2018, p. 103).

Novas teorias alternativas foram apresentadas pelos pesquisadores, partir de 1970 da nossa era, apresentadas em dois modelos. O primeiro “Modelo Fragmentário”, afirma que o Pentateuco é o resultado gradual das tradições fragmentárias no período de (850-550 a.C.) e consolidado em 450 a.C. O segundo modelo é o “Modelo Suplementar”, defende que o

26



Pentateuco é um tipo de material já existente do VI ou VII século a.C, que foi completado por um editor ou grupo de editores.

Atualmente, há um número excessivo de métodos empregados nos estudos bíblicos, são todos métodos autônomos que se tornaram desafios intelectuais, e é certo que o volume de pesquisas nos próximos anos não diminuirá.

Na percepção de Gottwald, a fonte principal do nosso conhecimento sobre as origens de Israel continua sendo a Bíblia hebraica. Sem ela, nem mesmo teríamos adivinhado por todas as outras fontes, que um povo tão vigoroso e tão singular como Israel apareceu em Canaã nos alvares da Idade do Ferro. Com ela, possuímos uma riqueza desconcertante de tradições literárias. (GOTTWALD, 1986, p.42).

#### **2.4 - A Formação do Povo de Israel**

Para iniciar um estudo sobre um povo é necessário refletir sobre o estado social que passou. Assim, se fará um breve relato sobre o princípio de sua história e alguns elementos antigos, a fim de conhecer a organização primitiva de Israel a partir de comparações a povos nômades que lhe são afins, restringindo-se ao Antigo Oriente Próximo. Tomando cuidado para não fazer comparações impulsivas, lembrando que este é um estudo delicado e as informações sobre Israel estão sistematizadas basicamente nas tradições e na Bíblia hebraica, o que dá margem a várias críticas.

Quando encontramos os israelitas e seus antepassados na história eles viveram algum tempo no deserto e levavam uma vida nômade ou seminômade, sendo criadores de gado miúdo e já estavam em vias de sedimentação: é o caso dos patriarcas. Assim sendo, o deserto impõe estruturas sociais específicas, onde os costumes e justiça são determinados pelas próprias tribos. Nesse sentido, com ressalvas, encontra-se um ponto de comparação com os costumes árabes nômades e os descendentes de Israel quanto à constituição das tribos, as leis de hospitalidade e de asilo, solidariedade tribal e vingança de sangue.

É necessário elucidar que estes são fatos sociológicos característicos do nomadismo árabe e os documentos bíblicos não deixa claro como era a vida tribal de Israel em estado puro, uma vez que as tradições patriarcais se referem a famílias ou clãs e quanto à permanência no deserto referente à chegada em Canaã esta foi estruturada com o propósito de favorecer “todo o Israel”. Assim, as propostas acima devem ser vistas como suposições.

Do ponto de vista político o processo formativo dos “israelitas” é caracterizado por fatores de grande poder explicativo. É importante complementar os dados sobre a formação do povo israelita esclarecendo que eles mantêm contato com outros povos em situação semelhante de origem tribal e de vocação política “nacional”, aponta Liverini:

O desmoronamento do sistema regional do Bronze recente deixa todo o Levante em condições de autonomia e, portanto, de liberdade de ação com respeito a interferências externas. [...] Os processos de estabelecimento tribal comportam uma compactação demográfica e uma ampliação dos horizontes econômicos e políticos tanto no sentido espacial como social. As tribos israelitas não são as únicas a se inserir nesse cenário. (LIVERANI, 2003, p.60).

A formação do povo de Israel é um assunto difícil de ser delineado. A partir da Bíblia o leitor não deve pensar que Israel surgiu de um simples processo genealógico com os doze filhos de Jacó e suas famílias (Gn 46:26) quando foram para o Egito, multiplicaram-se e depois como um único corpo peregrinaram no deserto e chegaram à Palestina. Segundo a narrativa bíblica o povo de Israel foi formado por meio de um processo de grupo misto que não descendiam todos de Jacó. Juntaram-se a eles outros grupos de diversas origens (Ex 12:38 e Nm 11:4), alguns não estiveram nem no Egito nem no Sinai.

Israel surgiu de um processo extremamente complexo. A estrutura de seu clã era composta de diversas origens e só recebeu a sua forma definitiva depois de iniciar a vida como povo na Palestina, nas palavras de Bright:

[...] contenta-nos falar em termos gerais certos de que tudo que se diga sobre o assunto permanecerá de certo modo hipotético e sujeito a correção à luz de informações posteriores. (BRIGHT, 2018, p. 173).

## **2.5 – O Surgimento de Israel em Canaã**

Diferentemente do período patriarcal e mosaico, no qual não se tem segurança quanto aos dados disponíveis sejam textuais ou materiais, a chegada do povo à Canaã possui consideráveis evidências externas, além das narrativas bíblicas. A Estela de Merneptá e as Cartas de Amarna são textos extrabíblicos que ajudam a compreender os começos de Israel em Canaã, bem como os livros de Josué e Juízes da Bíblia hebraica. Quanto aos dados materiais as escavações arqueológicas em regiões importantes colaboram na busca de convergências ou divergências no surgimento de Israel em Canaã.



Contudo, não há motivo para simplificar o cenário, pois o debate entre os estudiosos continua bem acentuado para a época primitiva de Israel, tanto quanto como para a pré-história. Os pesquisadores consideram impossível determinar uma data para o processo de chegada a terra pelo fato de que os grupos participantes sofreram um processo paulatino que tomou bastante tempo. Embora existam várias divergências é senso comum que no período tribal houve junção entre as tribos, ainda que estas fossem desiguais enquanto entidade política.

Os estudiosos propõem três hipóteses divergentes de como Israel assumiu o controle de Canaã. O primeiro modelo defende a teoria de uma conquista militar, alternativamente, uma segunda hipótese é que a ocupação foi de modo pacífico, por fim é apresentada a teoria da revolta dos camponeses. A seguir faz-se uma breve exposição das hipóteses.

Hipótese da conquista – o modelo de conquista militar maciça e unificada sob o comando de Josué, conforme relato da tradição bíblica em Josué 1-12, está associada à escola de W.F. Albright e seus discípulos nos Estados Unidos e seguidores em Israel. A partir do texto bíblico a invasão é estabelecida a partir da Transjordânia no fim do século XIII a.C, onde houve uma série de ataques que derrotam exércitos, destroem cidades cananeias e seguem dominando para o sul e o norte.

Esta teoria atualmente é descartada, visto que os estudiosos entendem que foi feita uma leitura errada e simplista do livro de Josué. O modelo pressupõe uma grande destruição de bens e de povos, mas o livro de Josué não dá a entender isso. A narrativa bíblica (Josué 12:7-24), alude a uma lista de trinta e um reis que foram capturados e mortos, não que suas cidades foram tomadas ou destruídas. Menciona apenas que Jericó, Aí e Hazor foram incendiadas.

A arqueologia foi convidada para apoiar o modelo da conquista, mas os dados são fragmentários e ambíguos, assim sendo, não pôde responder aos questionamentos básicos: se as cidades encontradas destruídas no final do século XIII e início do XII foram conquistadas pelos israelitas. Os arqueólogos a partir de estudos comparados afirmam que a destruição violenta de assentamentos nem sempre geram efetivamente indícios arqueológicos significativos.

Segundo Gottwald, ao final é possível afirmar que as tradições bíblicas e os

testemunhos arqueológicos sugerem a destruição de algumas cidades cananeias no final do século XIII, uma conquista de forma atenuada e não uma conquista militar maciça e unificada. É possível, ainda, concordar com a destruição das cidades cananeias de: Hasor, Sucot, Betel, Bet-Sames Laquis, Eglon, Dabir, conforme a narrativa do texto bíblico e a posição de certos arqueológicos, não de todos, contudo fizeram isso como um grupo protoisraelita e não enquanto uma unidade das dozes tribos totalmente formada, só mais tarde se tornaram componentes para a união do Israel bíblico. (GOTTWALD, 1986, p.42).

Hipótese da Imigração Pacífica - Um segundo modelo de como Israel entrou em Canaã foi desenvolvida no final do século XIX e início do XX, tendo como seu principal representante Albrecht Alt (1883 - 1956). Os estudiosos europeus ficaram interessados na teoria uma vez que tinha como hipótese central que a entrada em Canaã foi um longo e complicado processo de infiltração pacífica, pelo menos no início, até a chegada da monarquia quando Davi alcançou a vitória final político-militar.

Os defensores do modelo justificam a hipótese da imigração, exemplificando que os patriarcas conviviam na maioria dos casos em harmonia com a população local, que cidades cananeias se tornaram clãs israelitas em Manassés (Js 12:17-24 – 17:2-3), e que Judá se ligou com cananeus, através do casamento entre povos (Gn 38).

A hipótese imigratória entende que os israelitas entraram nos espaços vazios entre as cidades cananeias dos planaltos não mantiveram contato com as cidades-estados e seu desenvolvimento, durante algum tempo não teve contato com seus vizinhos agrícolas e urbanos. Outros teóricos afirmam que houve relações de pactos e mistura de populações entre os dois grupos à medida que os israelitas dedicavam à lavoura e abandonavam a vida nômade pastoril.

Um dos argumentos contrários à hipótese imigratória é o desacordo entre os seus defensores o que não é uma prerrogativa apenas dos teóricos. A própria bíblia não nos apresenta um único relato sobre a conquista. O mais importante fator de desacordo é que tanto as tradições bíblicas ou os textos literários utilizados em defesa do modelo não pertencem à mesma época ou lugar, sem contar que as conexões entre os dados são por vezes completadas por dedução e especulação.

Hipótese da Revolta dos Camponeses – Em 1962, George Mendenhall (1916 - 2016) apresentou sua teoria campesina no sentido de fazer uma combinação entre o modelo da conquista e da imigração. Enquanto os dois modelos iniciais têm por fundamento que o

surgimento de Israel em Canaã veio de fora (exógeno), a teoria da revolta entende que Israel primitivo surgiu a partir de transformações culturais internas (endógenos), por isso um modelo de cunho sociológico.

De forma sucinta a proposta tem por objetivo explicar algumas coisas do que a Bíblia narra, embora não tudo, a respeito da entrada de Israel em Canaã, partindo da suposição que Israel era composto, em sua maioria, por cananeus que se revoltaram contra seus senhores feudais, pois cobravam altos impostos e impunham-lhes trabalho forçado. Assim, juntaram forças com grupos vindo do deserto (os israelitas do êxodo), na dicção de Hopkins.

[...] a aparição da pequena comunidade religiosa de Israel polarizou a população existente em toda a terra: alguns se uniram a ela; outros, basicamente os reis [das Cidades-Estados] e os que os apoiavam, combateram-na. Visto que os reis foram derrotados e expulsos, isso se tornou a fonte da tradição de que todos os cananeus e amorreus foram expulsos ou mortos em larga escala, pois os únicos que restaram eram a maioria dominante em cada área – agora, os israelitas. (HOPKINS, 1973, p.81 *apud* PROVAN, LONG e LONGMAN III, 2016, p. 219).

Nesse sentido a hipótese da revolta é parecida com o modelo da conquista à medida que o elemento catalizador da revolta é derivado de um grupo estrangeiro com adesão ao Deus libertador Yahweh que estimula o combate no meio das classes empobrecidas cananeias. Também se aproxima do modelo da imigração, pois não estabelece diferença entre cananeu e israelita a importância recai sobre o fato de que a formação de Israel foi resultado da mistura de povos distintos com pré-histórias distintas.

O modelo da revolta oferece um elo entre o fator religioso do javismo e as realidades socioeconômicas e políticas de Canaã. O modelo oferece, ainda, o meio de explicar a ascensão do javismo sobre os cananeus de classes inferiores. Os cananeus oprimidos tiveram grande atração pelo javismo israelita, uma vez que celebravam a libertação da servidão sociopolítica imposta pelo Egito e tinham a promessa de Yahweh que a libertação sempre ocorreria quando o povo fosse ameaçado. Os dois grupos tinham uma identidade em comum: pertenciam a classes inferiores.

As tribos do êxodo e as classes inferiores cananeias “convertidas” safaram-se dos seus senhores feudais e formaram um governo “tribal” rejeitando deliberadamente um governo político central. Os suseranos eram fracos demais para conter a revolta. Assim, a “conquista” israelita do êxodo e da classe inferior cananeia foram vitoriosas.

Nesse sentido, a partir da hipótese da revolta camponesa o vínculo que mantinha “Israel” unido não era a etnicidade (laços de sangue), mas o fator religioso. Importante elucidar que a partir da multiétnica que Israel passou a ter, a proibição contida no texto de (Ex 34:1516), não se refere a desaprovação por motivos raciais, mas por razões religiosas.

Como podemos observar até aqui as concepções teóricas sobre o surgimento de Israel em Canaã pôde ser acompanhada, mas a questão ainda permanece obscura.

Na percepção de Mario Liverani, depois dos consensos dos anos 1970-1980, a teoria sociológica foi desacreditada por motivos políticos. Atualmente, as várias propostas sobre o surgimento de Israel em Canaã são contrapostas, ao passo que todas deveriam ser utilizadas para compor um quadro multifatorial próprio de um fenômeno histórico complexo. (LIVERANI, 2003, 60).

## **2.6 – Constituição do Israel Primitivo**

O processo de surgimento de Israel como comunidade de grupos com tradições diversas em Canaã é particularmente especial, pois é determinante para a formação de “Israel” enquanto Estado. Mas infelizmente, poucas informações conseguem-se extrair da tradição do Antigo Testamento à época de Josué e Juízes, por vezes apenas por deduções e combinações das narrativas. Assim, torna-se mais difícil trazer à luz a questão de como, a partir de novos colonizadores de diferentes origens, pôde surgir o Israel dividido em tribos.

Autores especialistas apontam alguns fatores como justificativas para os grupos conseguirem se estabelecer na região de Canaã. Primeiro, o enfraquecimento do controle egípcio sobre suas possessões na região, tendo em vista uma sucessão de guerras com grandes potências (Hititas, Assírios e os Povos do Mar), Nas cartas de Amarna, transparece a preocupação de reis das cidades-estado cananeia quanto a intranquilidade e violência local - solicitam ajuda militar ao Egito contra usurpadores, mas nada conseguiram. Outro fator é a pobreza da população local camponesa que por não pagar os tributos não contava com a proteção das cidades-estados deixando-os viver à margem da sociedade

Seguindo a linha de raciocínio acima, surge uma comunidade em conexão contra o opressor egípcio sob o senhorio do Deus Yahweh, no início não exclusivo, mas depois preponderante. A aliança com Yahweh é de fundamental importância para a história e religião do povo de Israel.

A partir de então, pressupõe-se um paulatino desenvolvimento de uma





consciência de coesão israelita, originando um grupo unido diferenciado de outros. O período tribal em Israel durou por cerca de duzentos anos (1250-1050 a.C.), existindo como um indefinido sistema organizado de tribos (tradicionalmente doze), tendo em vista que não havia um governo centralizado. Apesar disso conseguiu sobreviver às condições adversas e manteve um sistema tribal duradouro, na qual as tradições sagradas e suas instituições características logrou uma conformação normatizada, apontam Garelli e Nikiprowetzky.

O fato de as tribos terem mantido a coesão durante dois séculos não se deveu, pois, à sua organização política, tampouco ao impulso salvador de chefes inspirados. O Principal fator de união foi o elo religioso. O povo de Israel tinha consciência de haver concluído uma aliança com seu Deus, Yahweh. (GARELLI, NIKIPROWETZKY, 1982. p.148).

## **2.7 - Organização Social Tribal e suas Instituições**

Inicialmente a sociedade israelita ainda sem nacionalidade é uma confederação ou liga de 12 tribos, segundo a tradição bíblica. Entende-se por Tribo como um grupo autônomo de famílias que em sentido amplo confunde-se com clã. A Tribo possui em comum o mesmo antepassado e a união dos membros de uma mesma tribo é o vínculo de sangue, seja real ou suposto, nesse sentido, todos são considerados “irmãos”, em sua expressão mais ampla.

Tomando como base a história de Israel, as tribos significam o nascimento da sociedade organizada e o início do sistema tribal da na sociedade em Canaã. As funções principais eram celebrações cúlitas e a produção de tradições regionais, nesse sentido, as suas memórias estão registradas nas liturgias, além de organizar o exército para campanhas militares. Na esteira desse raciocínio, as tribos de Israel desde o início tinham um sentimento de unidade, é possível afirmar que diante das adversidades narradas no livro de Juízes o sentimento se intensificou, mas não foi a partir das ameaças que o sentimento emergiu. Vale dizer que a unidade do povo precede as crises dos dias dos Juízes.

A liga tribal adotava o sistema patriarcal, os anciões dos clãs julgavam as disputas de acordo com as tradições e sabedoria dos seus conselhos, não havia um governo central. O ponto alto da liga era o santuário que abrigava a Arca da Aliança, onde os representantes das tribos se reuniam para adorar Yahweh e resolver assuntos controversos das tribos.

O modelo de organização enquanto liga tribal sacra foi comparado com o modelo

das anficionias que existiam nas cidades gregas e italianas. Anficionia era uma estrutura institucional que consistia na união de cidades-estados independentes ao redor de um santuário, mantida por um culto comum. A hipótese foi predominante durante muito tempo, mas descartada, após críticas contundentes uma vez que a forma de sociedade israelita era descentralizada politicamente, ou seja, tinha clara oposição à centralidade política encontrada no Oriente Próximo. Embora a natureza do sistema das anficionia seja muito próxima do modelo da confederação israelita, não são exatos, além de serem obtidos de outra cultura em um período posterior.

Gottwald em convincente estudo faz comparações entre a anficionia grega e a confederação israelita na intenção de demonstrar inaplicabilidade do modelo anfictiônico ao antigo Israel proposto por M. North. Ambas têm unidades políticas autônomas e mantêm o culto religioso a uma única divindade. A anficionia tinha apenas um santuário, seus membros no culto poderiam ter inúmeros compromissos, os membros anfictiônicos são cidades-estado e não tribos. Quanto à confederação israelita esta funciona como comunidade legal primária, coordena a organização militar nacional, e é comprometida com uma única divindade nacional, no qual o culto é celebrado em muitos santuários. (GOTTWALD, 1986, p. 384).

Quanto às instituições da liga tribal de Israel, como em todas as sociedades, são tratadas a partir de grandes temas como as instituições familiares, civis, militares e religiosas. No presente trabalho por uma questão de espaço reduzido, se fará breve reflexão sobre alguns tópicos, pois não há como fazer justiça a todos os pontos, mas vale o esforço por alguns, uma vez que incide diretamente no tema estudado.

A Bíblia hebraica apesar de não abordar diretamente sobre as questões institucionais, com exceção dos conteúdos legislativos e rituais, nos oferece muitas informações no que tange aos hábitos e costumes nos livros históricos, proféticos e sapienciais.

As Instituições de um povo são as formas de vida social que esse povo aceita por costume, escolhe livremente ou recebe de uma autoridade. Os indivíduos se submetem às instituições, mas estas, por sua vez, não existem senão em função da sociedade que regem, quer se trate de uma sociedade familiar, política ou religiosa. [...] As instituições de um povo antigo estão, portanto, intimamente ligadas não só ao seu habitat, mas também à sua história. (VAUX, 2004, p.15).

A base da sociedade israelita era a família “Casa de”. Uma família grande

comportava de 50 a 100 pessoas, de acordo com a situação econômica. As adversidades, guerra e fome, diminuía a família, enquanto que em época de paz e boas colheitas o número de membros da família aumentava. As moradias eram em habitações individuais ou em uma só casa, dependendo do tamanho da família.

A unidade econômica era formada pela própria família, eles produziam o que precisavam para seu sustento, alimentos, criação de gado para subsistência (ovelhas, cabras, bois e jumentos). Não se conhece uma atividade que excedesse a esfera familiar.

Um segundo grau da organização familiar na sociedade tribal de Israel é o termo “família” em seu sentido amplo (“mispahah”) que não se confunde com clã. Há autores que preferem traduzir a expressão “mispahah” por “associação protetora das famílias”. Os membros desta associação estão unidos pela solidariedade familiar e não que questões sanguíneas, por laços parentais.

Outro aspecto relevante na ordem social tribal é a “carta magna” de Israel – os Dez Mandamentos (Ex 20). Trata-se do conjunto das leis que foi elaborado ao longo da sua história com o objetivo de explicitar as bases fundamentais de todo o Israel, onde são encontrados preceitos que legislam sobre a vida social daquela época. São mandamentos referentes à relação com Deus, à relação com a família e o clã de forma a conservar a própria sobrevivência do grupo, bem com mandamentos sobre ordem social mais ampla, no que diz respeito a não romper com o equilíbrio social das tribos.

Quanto às instituições religiosas o templo era o ponto focal da liga israelita, pois era no templo que a arca da aliança ficava abrigada. Presume-se, com base na tradição Sacerdotal (P), que havia um templo central no estilo de templo-tabernáculo como sendo uma retroprojeção situada num tempo passado distante, mas isso não excluía a possibilidade de o povo oferecer sua adoração em outros lugares.

Foi a partir do estabelecimento do povo em Canaã que os cultos e ritos de adoração a Yahweh começaram a ser enriquecidos e aperfeiçoados, tomando o cuidado de não absorver os elementos sedentários da terra cananeia. Assim, assimilava somente o que era condizente com o javismo. O culto era centrado em grandes festas anuais e não num sistema sacrificial humano e ritos da fertilidade, como as religiões pagãs. O culto da liga tribal era baseado em festividades destinadas a recordação de sua história. Ainda assim, o sistema tribal,



por vezes, passou por situações de infidelidade ao Altíssimo, segundo como proposto pelo javismo, esclarece Donner:

[...] a história de Israel entre a tomada da terra e a formação do estado foi uma incessante alternância de altos e baixos, um constante retorno de tempos de apostasia a Javé, de castigo, de salvamento e de paz. Os israelitas faziam o que desagradava a Javé; adoravam os Baais, divindade da terra cultivada, e os deuses de outros povos, e com isso suscitavam a ira de Javé. O castigo vinha em seguida. Javé os entregava nas mãos de inimigos externos, que os assediavam, escravizavam e os ameaçavam em sua existência. Em consequência disso, os israelitas clamavam por auxílio a Javé, e ele, em sua longanimidade, se comiserava deles, despertando-lhes heróis, figuras de salvadores que conseguiam afastar o perigo e expulsar os inimigos. Após um período de paz, porém, a apostasia recomeçava, uma vez após a outra, e isso por todo o período até a formação do Estado. (DONNER, 1997, p. 181).

### **CAPÍTULO 3 - A HISTÓRIA DA RELIGIÃO DE ISRAEL**

A religião de Israel começou a ser estudada a partir do movimento do iluminismo, no século XVIII da nossa era. O racionalismo abriu o caminho para o estudo da história da religião, abordando suas concepções, manifestações religiosas e desenvolvimento. Nesse sentido, houve necessidade de desassociar a análise histórica da Bíblia do ensino e prática dominantes. J.P.Gabler (1753-1826) já havia, em 1787, apontado à conveniência de separar as duas disciplinas, a partir de então surgiu o estudo da teologia bíblica diferenciando-se da teologia dogmática.

Em 1880, com o desenvolvimento do movimento romântico/idealista foi formada a escola da história da religião. Representantes da escola da história da religião, pesquisadores na área do Antigo Testamento como: H. Gunkel (1862-1932), H. Gressmann (1877-1927), W. Bousset (1865-1920), Wellhausen, B. Duhm (1847-1928) e A. Harnack (1851-1930), divulgaram as ideias dos estudiosos que os antecederam.

Em 1893, críticos literários como Julius Wellhausen, W. Robertson Smith (1846-1894) e outros adeptos desta escola, aplicaram o método histórico-crítico para os estudos da história da religião israelita. Estes adotaram duas religiões de povos semíticos para fazer estudos comparados: a religião arábica pré-islâmica, uma religião próxima dos antigos semitas,

portanto, pré-mosaica e a religião cananeu-fenícia, que influenciou a religião dos israelitas quando ocuparam a Palestina.

Outros pesquisadores de forma individual estudavam sobre a história da religião israelita a partir de princípios comparativos com povos mesopotâmicos, em especial a cultura sumério-babilônica que marcou todas as culturas e religiões do mundo antigo. Os paralelos foram chamados de “Pambabilonismo”, tratava-se de fenômenos religiosos quanto à conexão entre mito e culto e a representação cültica do ensino religioso.

Com o passar das décadas os estudos históricos da religião bíblica sofrem uma curta paralisação em função da chamada teologia dialética<sup>1</sup>. Esta acreditava que a história da

---

religião não era importante, não tinha natureza teológica e o cristianismo não deveria ser comparado com outras religiões, pois o Deus que se revelou na Bíblia naquela época revela-se diretamente no presente, não havendo necessidade de se estudar a pré-história e a história do cristianismo.

Nesse sentido, a teologia dialética acarretava prejuízo à pesquisa teológica, uma vez que não aceitava a história da religião israelita e reavivava a interpretação alegórica do Antigo Testamento.

Atualmente novas escolas e grupos de estudo da história da religião israelita têm surgido, tendo em vista as descobertas arqueológicas sobre a religião da Palestina. Escolas na Inglaterra e Escandinávia assumem a correlação entre história da religião e a antropologia. Assim, defendem a hipótese de um padrão mítico e ritual encontrado no Oriente Próximo.

Há ainda, a escola norte-americana baseada na arqueologia. Essa escola é contrária aos métodos da crítica das formas e crítica da história da tradição, pois entendem que os princípios norteadores estão limitados ao Antigo Testamento e ao culto. A escola

---

<sup>1</sup> Teologia Dialética - Para entender com mais clareza a teologia dialética é preciso antes apresentar a teologia liberal, uma vez que a teologia dialética se mostra como um movimento contrário ao liberalismo teológico. A teologia liberal se pautava fundamentalmente na filosofia, no racionalismo e no humanismo, a partir dessas premissas consideravam o cristianismo “um fenômeno imanente”. Defendiam que Deus não se encarna e a transcendência vai sendo eliminada de forma que não há distinção entre o homem e Deus, desta forma o cristianismo foi descaracterizado. Os liberais enxergavam o cristianismo de maneira racionalista, tirando os elementos de espiritualidade, colocando Deus em um plano humano, assim, Deus começa a



norte-americana acredita que critérios externos ao Antigo Testamento devem ser agregados aos estudos da história da religião israelita.

O estudo da religião de Israel tem por finalidade demonstrar o processo evolutivo da história da religião israelita, revelando as mudanças e tensões no decorrer de seu

---

estar a serviço da humanidade e não ao contrário. A teologia dialética também conhecida como teologia da crise, ou ainda, neo-ortodoxia foi uma corrente que se desenvolveu na Europa, em especial na Alemanha da década de 1920. Tem como principal representante Karl Barth e sua obra “Carta aos Romanos”. Barth durante sua formação, na Alemanha, foi influenciado por Adolf von Harnack com concepções liberalistas, durante esse período passou a pertencer ao movimento liberalista teológico, mas decepcionou-se com o protestantismo liberal quando seus mentores teológicos apoiaram a ascensão do poder nacionalista e à Primeira Guerra Mundial. A partir de então Barth combate a teologia liberal, assim, nasce a neo-ortodoxia. É importante destacar que Barth faz uma defesa apologética em defesa da fé, levando-se em consideração o contexto que estava inserido, pois as Igrejas Reformadas e Luteranas em toda Europa tinham sido seduzidas pela teologia liberal. Barth não concorda com as concepções da teologia liberal e busca resgatar os princípios de fé na teologia original. As ideias de Barth deram início a esse movimento por isso é chamado “pai da neo-ortodoxia”. A obra “Carta aos Romanos” sinaliza uma nova relação entre a cultura europeia e a fé em Deus. Barth utiliza-se do método dialético para falar sobre o Não de Deus em oposição ao Sim do homem mediante todo avanço tecnológico e tudo o que foi conquistado no século XVI desde o Renascimento. A teologia de Barth apresenta um Deus totalmente outro. Diante da morte iminente do homem, Deus tem um Sim para a humanidade e a figura central da teologia de Barth, é Jesus. (GIBELLINI, 2012, p. 13-31).

desenvolvimento causados por influências internas e externas, pois a religião não era homogênea nem estática.

Segundo as lições de Fohrer (1915-2002), a religião israelita é evolutiva no que diz respeito às características de Deus. A partir da concepção javista é tido como Deus da proteção, depois da guerra e por fim Deus da paz universal. Deus de um grupo especial, depois de uma nação, então tornou-se o único Deus de todas as nações. Ele influi nas batalhas, depois na vida dos homens e das nações, por último domina toda a natureza. Ainda nessa concepção é adorado em qualquer lugar, mais tarde em santuários e depois em santuário único. Cultos tribais transformam-se em cerimônias cúltricas e, por fim, adoração em espírito e em verdade. Quanto aos cuidados para proteção da tribo estas alteram-se para normas cúltricas, éticas legais (mandamentos). Apesar de toda essa evolução e variedade o que torna a religião israelita singular são as características comuns que se mantiveram durante todo o período da história: a



estrutura pessoal de fé, a contemporaneidade da ação de Deus na vida do homem e das nações e a conduta do homem em concordância com as leis que expressam a vontade de Deus.

### **3.1 - O Sistema Religioso e Corrente de Pensamento na Mesopotâmia**

Com base nas propostas dos críticos literários do final do século XIX da nossa era e, em complemento ao tópico anterior é relevante considerar alguns conhecimentos de fundo religioso no período mesopotâmico, a fim de elucidar ao leitor quanto a correlação que estudiosos da escola da história da religião fizeram no contexto das civilizações Mesopotâmicas.

O fator religioso nas sociedades mesopotâmicas é de suma importância, pois garantia a coesão e justificava a ideologia atuante, ou seja, os governantes tinham a obediência do povo, uma vez que essa era a vontade dos deuses. Infelizmente, não se sabe com profundidade sobre a dimensão da religião e sua evolução no contexto do Antigo Oriente Próximo.

O sistema religioso adotado era politeísta. Assim, é significativo ressaltar que os panteões das civilizações mesopotâmicas eram similares aos dos outros, tendo em vista que parte das divindades eram de origem suméria. Nesse sentido, não houve um período de ruptura no processo de evolução religiosa quando um reino dominava o outro, exceto com os povos de línguas semíticas que tinham devoção por um único Deus e criam no sentimento do pecado. Os deuses mesopotâmicos tinham caráter antropomórfico, no qual se assemelhavam aos homens pelo corpo e psicologia, poderiam ser de um ou outro sexo, vestiam-se, dormiam e alimentavam-se, tinham moradas no céu, mas também viviam nos templos. Esses traços diferenciavam os deuses das criaturas demoníacas que tinham um caráter animal e nem mesmo tinham nome e eram chamados apenas de “maus espíritos”.

Os deuses eram diferentes dos homens pelos seus atributos e por sua própria divindade, sempre associada a uma força da natureza: vento, chuva, água, terra ou sol, tinham conhecimento do que estava oculto, em especial o futuro. Tinham uma força, beleza e inteligência surpreendente e acima de tudo eram imortais. Havia uma aura que os envolvia e tornava-os, na sua essência, incompreensíveis.

No que tange ao universo e ao homem, os teólogos da Mesopotâmia não

deixaram escrito nenhum tratado dogmático, por isso tem-se poucas informações. Mas a ideia central é que no homem existe o elemento divino e ele foi criado para o serviço dos deuses.

Quanto ao culto e o templo, os deuses tinham pedidos materiais e seus servos atendiam através de cuidados com suas estátuas: serviam refeições de duas a quatro vezes ao dia, os alimentos eram colocados sobre a mesa e o deus comia por transubstanciação em energia espiritual. Durante as cerimônias havia recitação de preces, súplicas, hinos de glorificação acompanhados por flauta, tímpano, e outros instrumentos.

Existia, ainda, um culto particular, no qual os indivíduos oravam a seus deuses e lhe ofereciam sacrifícios, as preces demonstravam sentimento de admiração, temor e amor aos deuses, em contrapartida os deuses atendiam aos seus pedidos. As estátuas dos deuses simbolizavam sua presença física e em caso de desaparecimento em mãos inimigas significava que as populações estariam desprotegidas, por isso a importância dos templos na vida nacional.

A frente da organização eclesiástica no período mesopotâmico estava o *shangú* que do mesmo modo administrava o templo e dado o seu tamanho havia muitas necessidades materiais e os encarregados do culto (escribas, trabalhadores e serventuários) eram recrutados por “oblatos” da divindade, apontam Garelli e Nikiprowetzky:

Tal função acha-se atestada principalmente na época paleobabilônica, mas voltou a ser valorizada na Babilônia tardia. [...] esse pessoal era assistido por diversos ministros: adivinhos, purificadores, cantores, lamentadores e até mesmo, em determinadas circunstâncias, castrados e invertidos. (GARELLI; NIKIPROWETZKY, 1982. p.151).

A partir das características apresentadas, referente a religião no contexto das civilizações mesopotâmicas o Deus de Israel, Yahweh, é diferente dos deuses do Antigo Oriente. Dois fatores essenciais demonstram a diferença. Primeiro Yahweh não age através da natureza (sol, chuva, vento, tempestade, etc.), mas relaciona-se diretamente com os homens. Segundo Yahweh requer condutas éticas, não aceitava apenas ser cultuado, mas exigia confiança e obediência, atitudes que precisam de decisão pessoal. Certamente existem pontos de contato entre a religião praticada pelas civilizações mesopotâmicas e a religião de Israel, mas não são traços significativos a ponto de se atribuir como padrão.

### 3.2 – O Deus de Israel

De todos os problemas obscuros na religião de Israel o significado do próprio



nome da divindade e a origem do seu culto é mais um tópico a ser estudado, entretanto, não ultrapassam a etapa das possibilidades. Até hoje permanece obscuro como se consolidou o nome de Yahweh. O nome do Deus de Israel é constituído por quatro letras YHWH, nome sagrado que se convencionou como *Tetragrama*, uma vez que a muito o nome do deus de Israel era impronunciável, por hesitação religiosa.

Exegetas apresentam pontos de vista sobre a origem e natureza do deus de Israel, uns defendem a tese de uma origem egípcia, outros partem para a assiriologia e as civilizações pertencentes a esse domínio, no entanto, as hipóteses não foram admitidas por outros especialistas, assim na falta de soluções satisfatórias outras teses continuam a serem defendidas. Atualmente a pesquisa não tem alcançado grande progresso em seus resultados, uma vez que os especialistas não são unânimes em suas conclusões.

O texto bíblico, (Ex 3:13-15, relata que Moisés indaga a Yahweh qual o nome que ele deveria anunciar aos israelitas, em resposta, de forma comum a tradução significa “Eu sou o que sou”. Alguns autores entendem que a frase em hebraico é equivalente a uma recusa em responder, assim a divindade não fornece esclarecimentos sobre sua essência. Outros defendem que a divindade não se recusa a dar o nome, apenas revela que as gerações futuras o chamarão “o deus de Abraão, de Isaque e de Jacó” sob o nome de Yahweh. Absolutamente não se demonstrou possível obter o significado da origem e natureza do deus de Israel. Seja como for o nome do Deus de Israel é um problema menos complexo, levando-se em consideração todas as demais dificuldades referentes à religião de Israel.

Na percepção de Fohrer o nome próprio não é revelado tão pouco é explicado o seu significado. Permanece obscuro como se firmou o uso do nome de Yahweh, sabe-se apenas que a expressão “Eu sou o que sou” reflete o sentido de uma existência ativa e eficaz. (FOHRER, 2006, p. 72).

Quanto ao problema da personalidade do deus de Israel este está ligado ao problema do monoteísmo israelita. Pesquisas recentes, no século XX, ainda buscam uma origem antiga para o monoteísmo israelita a partir das civilizações do Antigo Oriente Próximo, na qual os egiptólogos acreditam que os israelitas tomaram de empréstimo o monoteísmo do antigo Egito, enquanto os assiriólogos concordam com a mesma tese, no entanto, em favor das religiões mesopotâmicas. As duas teorias estão na direção do monoteísmo, mas ainda não se estabelece o monoteísmo, pois estas civilizações criam em um deus supremo à frente do



panteão, contudo, sem suprimir os deuses subordinados, assim, estavam bem longe do monoteísmo.

Os críticos em sua maioria concordam que os patriarcas praticavam a *monolatria* - a crença na existência de muitos deuses, mas com adoração consistente em apenas uma divindade. Na tradição israelita não consta dados verificáveis de que Moisés tenha sido monoteísta. Antes, o mosaísmo era tido como uma monolatria com algumas particularidades singular: um deus exclusivista e ciumento.

O autor Th. J. Meek menciona que é possível considerar, sem receio de equívoco, que Moisés lançara as sementes do monoteísmo. Nesse sentido o autor R. de Vaux (1903-1971) entende que:

Foi a partir do primeiro mandamento que a experiência religiosa e a reflexão teológica de Israel chegaram à expressão do monoteísmo propriamente dito: Israel tomou consciência de que aqueles deuses que nada eram para si também eram impotentes em benefício de seus próprios fiéis, chegando assim a negar sua existência. (VAUX, 1971, 442 *apud* GARELLI; NIKIPROWETZKY, 1982. p.289).

### **3.3 - A Religião de Israel após a Instalação na Palestina**

Considerando como fato histórico a libertação do povo do Egito por Moisés e atribuindo ao javismo mosaico o estabelecimento de Yahweh como um Deus que acompanha o grupo, a nova religião transformou-se em religião de um povo com muitos adeptos, a exemplo dos sacerdotes de Cades, os quais eram levitas que contribuíram para o desenvolvimento do javismo. (Ex 32: 26-29; Dt 33:8-1)

A instalação dos hebreus na Palestina deu-se com importantes consequências para a religião. (GARELLI; NIKIPROWETZKY, 1982. p.160).

Existe consenso entre os pesquisadores que o culto de certos deuses parece legítimo nas áreas que os israelitas receberam em partilha. Após a instalação dos grupos israelitas nas terras palestinas tornou-se necessário transferir as tradições herdadas da revelação adaptando-as ao novo momento. Com o assentamento dos israelitas nas terras de Canaã, surgiu um novo fator cultural: a santidade da terra em substituição a santidade da tenda, a partir de então surgiram santuários em todas as cidades e povoados de Israel. Os israelitas trouxeram suas religiões de clãs e ao terem acesso a alguns santuários cananeus, possivelmente,



introduziram seus pequenos santuários, ligando os deuses do clã a esses santuários cananitas. Assim, com exceção de momentos de crise os hebreus adoravam simultaneamente os Baals e Yahweh.

A consequência disso foi que as sagas cultuais que não tinha ligação com a Palestina foram esquecidas, apenas os cultos e os nomes de seus fundadores continuaram na lembrança do povo. O sincretismo prolongou-se por séculos afora.

A gênese do monoteísmo israelita tinha o seu fundamento na eliminação dos outros deuses no interior de seu domínio territorial, demonstrando a impotência dos demais deuses. (1Rs 18:17). Yahweh não aceitou coexistir com a religião de Canaã e tomou para si, na concepção de seus adoradores, todos os atributos e funções divinas no que diz respeito às atividades agrícolas. A partir de então, Canaã passou a ser a terra de Yahweh. Quanto às demais divindades, essas foram expulsas de seus santuários e o lugar passou a ser consagrado ao Deus dos hebreus.

É importante ressaltar que houve demandado tempo para o monoteísmo israelita atingir a maturidade, é certo que no período dos juízes ainda não havia a prática do monoteísmo em sentido próprio.

A religião de Israel foi expressa por meio das suas instituições, características do período pré-monárquico da sua história. É consenso entre os pesquisadores que a estrutura particular de Israel liberto consistia na comunidade de culto religioso bem articulado com a finalidade de desenvolver as tradições que iriam congregar os seus membros e promover a identidade comum, protegendo a autonomia local dos componentes do grupo. Na percepção de R. de Vaux o culto é principalmente um fenômeno social que apesar de ser praticado pelo indivíduo se realiza de acordo com regras, lugares e tempos determinados. Assim o culto não existe sem um ritual, Em suas palavras:

Os costumes familiares, os ritos fúnebres, a condição dos estrangeiros ou dos escravos, as concepções sobre a pessoa ou a função do rei, as relações existentes entre a lei, inclusive a profana, e a Aliança com Deus, a maneira de fazer a guerra, tudo leva consigo o reflexo de ideias religiosos, e estas encontram no culto e na liturgia sua expressão consciente. (VAUX, 2004, p.17)

Em vista disso, Vaux, entende que os ritos, enquanto formas externas podem ser

parecidas ou idênticas com as de outras religiões vizinhas, mas a relevância está no sentido de sua representação. O culto israelita é o oposto aos cultos orientais, pois a ideia fundante é a religião e a fé de Israel.

Brigth acredita que o culto de Israel, nos dias do deserto, era muito simples, mas a partir da instalação do povo na Palestina o culto a Yahweh foi enriquecido e aperfeiçoado pela absorção de elementos sedentários da terra, juntamente com outros tabernáculos e tradições celtas. (BRIGTH, 2018, p. 213).

Apesar das práticas cultuais israelitas serem semelhantes aos povos circunvizinhos, consequência da convivência, a observância das normas da aliança era mantida, pois entendiam que as demais deidades eram inferiores a Yahweh.

Eichrodt (1890 - 1978), em seu livro Teologia do Antigo Testamento, afirma que a religião de Israel tem um selo distinto dos demais povos

Israel é um povo escolhido por Deus e as similaridades dos ritos com os demais povos primitivos é superficial [...] lhes faltam o fundamento moral e a intencionalidade, que são essenciais no rito israelita. Finalmente, os ritos primitivos não tendem a estabelecer uma comunhão pessoal entre deus e o homem. (EICHRODT, 2004, p.30).

Na esteira das afirmações dos autores acima mencionados é importante salientar algumas características entre o culto israelita e os cultos orientais, visto que a noção de que Israel tinha de Deus era a única no mundo antigo: (i) é o culto de um Deus único, conforme o primeiro preceito do Decálogo (Ex 20:3), ainda que no período da instalação em Canaã houvesse uma pluralidade de santuários não existia a figura de um outro deus ou uma deusa, ou seja, não existia a crença em casais divinos que pudessem fomentar ritos sensuais. (ii) é o culto de um Deus pessoal que age na história, Yahweh é o Deus da Aliança, Deus da promessa. (iii) é o culto sem imagem, não se pode dizer que Yahweh desde o início foi compreendido como um ser puramente espiritual, mas que toda imagem que o representasse era imprópria, pois este deveria ser entendido como um ser Espiritual.

O culto a Yahweh consistia em praticar um modo de vida próprio em evidente objeção ao modo de vida tradicional praticado pelo antigo Oriente Próximo, levando-se em consideração que não era inteiramente desejável. No antigo Israel existiam várias formas de culto a Yahweh, por vezes em ocasiões públicas de “adoração” destinadas para todo Israel, uma festa nacional, geralmente ao ar livre em outras vezes eram cultos com peculiaridades locais.



Apesar de existir um sacerdócio para officiar os cultos “nacionais” não havia impedimento para que todo cabeça de família, pudesse exercer a função de sacerdote quando a ocasião o exigisse.

O culto israelita era dirigido a Yahweh com o objetivo, direto ou indireto, de consolidar a união do povo. Nesse sentido, na percepção de Gottwald os três elementos estruturais do culto teofania, aliança e lei eram declamados, a fim de concretizar a unidade de Israel, pois narravam as ações da divindade a favor do povo através da sua história iniciando com os patriarcas até a instalação em Canaã. Esses temas “históricos” foram introduzidos no culto israelita e se tornaram um corpo de tradições. Assim, os temas históricos emergem do culto.

Os três elementos culturais são caracterizados com a tradição do Sinai:

Teofania – manifestação da divindade pela vista e pelo som oferecendo sua soberania sobre a comunidade.

Aliança – constituição da comunidade como povo da divindade, através de declaração por parte da divindade e do povo.

Lei – declaração da vontade da divindade a favor da comunidade, expressando como sua soberania deve ser manifesta.

Em síntese os elementos culturais, segundo Gottwald

[...] podem ser caracterizados como manifestação do direito e poder divinos sobre a comunidade, promessa do povo de reconhecer o direito e o poder divinos como soberania da comunidade, bem como o cumprimento deles nas instruções morais e culturais. (GOTTWALD, 1986, p.108)

Como interesse majoritário do presente trabalho será apresentado um recorte mais aprofundado sobre o segundo elemento cultural – aliança - na qual, segundo a tradição, Deus soberanamente estabelece uma relação com o seu povo por iniciativa própria (promessa) e o povo livremente aceita.

### 3.4 - O Deus da Aliança

O conceito de aliança ou pacto na Bíblia hebraica é a tradução do termo “*berît*”. Quando da utilização do termo deve se levar em consideração que não há uma noção de aliança universalmente admitida. O termo “*berît*” tem um sentido dinâmico e se presta a várias

interpretações. Nesse sentido, é importante ressaltar que existe grande diferença entre descrever um contrato entre duas pessoas e quando se descreve uma relação estabelecida por Deus. No contexto do Israel primitivo mesmo que não se tenha utilizada a palavra aliança, as premissas de uma relação de aliança estão presentes como princípio coordenador e permeia toda a literatura bíblica, assim, a aliança é considerada como um ato solene, um juramento.

Em vista disso Brighth defende que um conceito pode estar presente muito tempo antes que uma terminologia fixa tenha sido desenvolvida para expressá-lo, assim acredita que os israelitas tinham conhecimento sobre a terminologia da palavra “*berît*”. (BRIGTH, 2018, p. 193).

Na percepção de Gottwald o termo “*berît*” traduzido como aliança é um tanto desajeitado. Este entende que alianças bíblicas são acordos entre uma pessoa ou um grupo, notavelmente todo o povo de Israel e Deus. Assim, quando se diz que seres humanos e as divindades “fazem aliança”, emprega-se uma metáfora tirada da vida real social, a fim de explicar determinado comportamento, dado por Deus e aceito livremente pela comunidade. O autor segue afirmando que o termo “aliança” se entendido como relacionamento ordenado entre Deus e pessoas, que não necessariamente seja equitativo no que diz respeito a obrigações de ambos os participantes, é útil de empregar. (GOTTWALD, 1986, p. 2018).

É indiscutível que nos relatos referentes à aliança existem problemas de forma e de tendências lendárias trazidas por escritores e redatores posteriores que dificultaram a identificação original das formas litúrgicas no Êxodo, bem como a utilização correta das fontes literárias. É relevante elucidar que os textos da aliança são incluídos como fontes prémonárquicas porque contêm reflexões sobre o modo como eram produzidos nos tempos antigos.

A fórmula da aliança (a declaração fundamental do pacto) relatada no livro do Êxodo, Josué, Deuteronômio e em outras passagens bíblicas tem se mostrado semelhante aos tratados suseranos (tratados entre o Grande Rei e seus vassalos – a exemplo do Império Hitita), uma vez que existem paralelos com a aliança de Israel. Os tratados de suserania iniciam com um preâmbulo, no qual o Grande Rei se identifica, na sequência vem um prólogo longo, onde o Rei fala das relações anteriores com os vassalos, depois vêm as estipulações que apresentam as obrigações que devem ser cumpridas pelo vassalo. É certo que as semelhanças com a aliança de Israel são muito próximas, mas não se pode limitar a compreensão de aliança a um contrato



de suserania, pois na aliança o povo passou a ter um relacionamento filial com Deus, não apenas Rei, mas Pai. (Pai e filho) – (Ex 4:22).

A religião do Israel primitivo se fundamenta na memória histórica. A tradição do Israel liberto identifica Moisés como sendo aquele que direcionou todo o povo à aliança com Yahweh e o povo respondeu favoravelmente, formalizando a aliança. Israel acreditava que o favor de Yahweh, os havia livrado da opressão de um grande império, o Egito, pelo poder de sua onipotência e constituído como seu povo, por meio de uma aliança, e os havia levado até a terra prometida, como jurado aos seus antepassados.

Para melhor entendimento da leitura do Antigo Testamento o domínio sobre a aliança é um elemento essencial para a história de Israel, pois a partir da vivência da aliança desenvolve-se uma relação recíproca entre Deus e o povo, na qual em sua auto-compreensão se reconhece como povo da aliança, escolhido por Yahweh.

A aliança de Deus com o povo de Israel, além de ser um dos eixos fundantes que atravessam toda a Escritura hebraica, tem características e marcas teológicas diferenciadas. Por um lado, ela condensa e exprime o sentimento do Israel escolhido por Deus e, por outro, é apresentada pelas tradições como momento decisivo na caminhada e na constituição político-cultural do povo de Israel. (RODRIGUES DA SILVA, 2003, p. 37 *apud* SURIAN, 2011, p. 13)

De acordo com Bíblia hebraica é no Sinai que o povo hebreu recebe o Código da Aliança, contendo a tradição cultural e as normas ou leis de convivência e culto (Ex 19-24). Uma das principais motivações do povo de Israel para aceitar a aliança foi a gratidão a Yahweh pela remissão do Egito e a preservação no deserto. Entretanto, ao aceitar a aliança havia a condição de demonstrar obediência às cláusulas soberanas de Deus e manter a santidade, este era um aspecto integral da bênção do pacto. Um Deus santo exigia santidade do seu povo. (Lv 20:26 – 22:31-33).

A obediência à aliança demonstra o firme propósito divino de transformar Israel em um reino de sacerdotes para as nações, ratificando o propósito inicial de Deus em que Abraão e a sua descendência fossem uma nação missionária (Gn 12:3), mediadores das bênçãos aos outros povos. Desse modo, a aliança mosaica foi estabelecida em desenvolvimento a aliança com Abraão.



O livro da aliança (os dez mandamentos – Ex 20), em conjunto com o livro de Levítico contemplam cláusulas das mais importantes, uma vez que consiste na promessa de adorar somente o deus Yahweh, um deus invisível, imaterial, não figurável, portanto, o culto a outros deuses era proibido, bem como as suas representações materiais. Assim, as estipulações contidas nos textos da aliança desencadearam um afastamento das religiões do antigo Oriente Próximo que carregavam em seu arcabouço uma concepção mágico ritualista, estabelecendo uma separação entre magia e religião, ritual e culto, tabu e lei.

Deus pronunciou todas estas palavras, dizendo: Eu sou Yahweh teu Deus que te fez sair da terra do Egito, da casa da servidão.  
Não terás outros deuses diante de mim.  
Não farás para ti imagem esculpida nada que se assemelhe ao que existe lá em cima nos céus, ou embaixo na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra.  
Não te prostrarás diante desses deuses e não os servirás, porque eu, Yahweh teu Deus, sou um Deus ciumento, que puno a iniquidade dos pais sobre os filhos até a terceira e a quarta geração dos que me odeiam, mas que também ajo com amor até a milésima geração para com aquele que me amam e guardam os meus mandamentos... (Ex 20: 1-6).

A aliança está sempre associada à libertação do povo do Egito. Yahweh ao libertar o povo queria ligá-los a si por meio de um pacto, a fim de transformá-los em instrumento de salvação para todo o mundo então conhecido. O Decálogo foi dado aos israelitas para mostrar os limites da sua liberdade para não saírem do caminho que leva à santidade e à relação íntima com Yahweh. No decorrer da história de Israel a aliança foi quebrada por mais de uma vez e, por mais de uma vez foi renovada, lembrando que as alianças relacionadas ao período estudado (Abraâmica, Mosaica, e Davídica) não foram extintas, mas elas se complementaram.

Com Abraão Deus fez aliança e prometeu a criação de um povo; um novo relacionamento e a posse da terra. Na aliança com Moisés não era algo novo foi estabelecida um seguimento e cumprimento da aliança Abraâmica. Quanto à aliança Davídica esta possui praticamente os mesmos termos da aliança feita com Abraão, mas Deus acrescenta mais algumas bênçãos, esta aliança em sentido final é uma aliança messiânica.

Aqui se propõe um salto temporal, um corte metodológico no estudo das alianças de Yahweh com o povo de Israel, a fim de se encaminhar para a conclusão da pesquisa, uma vez que o escopo do trabalho se delimita ao período pré-monárquico, faz-se apenas um



apontamento quanto à nova ortodoxia que se constrói a partir dos textos de Deuteronômio e os livros de Esdras e Neemias.

### 3.5 - O Deuteronômio

Nas narrativas do Pentateuco Moisés está em evidência, no livro de Deuteronômio o destino de Moisés chega ao ponto mais alto, a sua morte.

A principal função do Deuteronômio no Pentateuco é a substituição do Código da Aliança, código mais antigo, pelo Código Deuteronômico, tendo em vista a concepção de um novo começo com formato mais radical. A lei já havia sido transmitida ao povo junto ao Sinai e no deserto, mas agora Israel formula um livro de leis pela segunda vez, a fim de inculcar de forma incisiva os preceitos contidos no documento, com o objetivo de persuadi-los a praticar a lei.

O livro de Deuteronômio é considerado como uma formulação mais influente com nítidas alterações, ampliações e revisões do documento que em sua forma final não remonta a Moisés, mas tem muita similaridade, sendo que no novo texto as ênfases são mais fortes.

Nas palavras de Lohfink, nesse documento estão descritos com precisão, desde os primórdios de Israel, os pormenores da relação entre Javé e seu povo. O mesmo autor entende que Israel teve que ir para o exílio porque não viveu de acordo com esse documento básico de existência.

Assim, em favor de uma datação pré-exílica das partes centrais do Código Deuteronômico, tese clássica que até hoje é defendida, afirma que o surgimento foi um pouco antes do exílio. Uma das evidências mais segura é especialmente da postura linguística predominante com uma longa lista de possibilidade de inquirição do futuro “Quando entrares na terra que o Senhor, teu Deus, te der, não aprenderás a fazer conforme as abominações daqueles povos...” (Dt 18:9ss), bem como suas implicações teológicas estão expressas na fórmula da aliança. Com esses argumentos o Deuteronômio pode ser entendido como um texto pré-exílico.

O autor Deuteronomista nos deixou um relato bem confiável, em (2 Reis 22:320 – 23:1-3 e do 21-23) que em 621 a.C, algumas décadas antes do exílio, o rei Josias de Jerusalém renovou a aliança com Deus, o que fez com base num texto encontrado no templo, provavelmente seja o nosso “Deuteronômio”.

### 3.5.1 - A Reforma do Rei Josias

Com a morte do rei da Assíria, Assurbanipal (626 a.C.), o império assírio começou a fragmentar-se, possibilitando aos Estados vassalos a rejeição do domínio. Rejeitar a soberania assíria significava também a rejeição da sua religião. Assim, o rei Josias iniciou a reforma cultural (622 a.C.), cuja finalidade era remover do culto tudo aquilo que não estava em conformidade com o javismo e reconhecer Yahweh como único soberano de seu povo.

A reforma de Josias tem sido chamada de Reforma Deuteronomica. A base da reforma cultural foi a apresentação de um código de leis a partir do livro de Deuteronômio com acréscimos. As alterações foram além da remoção do culto dos deuses assírios do templo de Jerusalém: ela eliminou os cultos e santuários estrangeiros e instituiu a celebração da Páscoa no Templo. É de difícil determinação sobre o conteúdo do livro usado na reforma porque a revisão tardia foi muito profunda, mas de todo modo pode ser definido por largos contornos com a estrutura interna atual do deuteronômio.

O documento elaborado nos tempos de Josias faz referência à obediência ao Decálogo e às leis deuteronomicas. Também são contemplados na lei o Estado e a monarquia (Dt 5:2-3). Segundo Fohrer:

O javismo deveria ser preservado em toda a sua pureza. Obviamente, não era o javismo de Moisés ou dos grandes profetas individuais, mas a religião que se desenvolveu no curso da monarquia, com suas ênfases cultural e nacionalista enriquecida. (FOHRER, 2006, p. 387)

Apesar da reforma iniciada por Josias o senhorio de Yahweh foi vilipendiado por infidelidade do povo. Tomando como base a declaração fundamental do pacto (conceito de aliança e suas estipulações) a violação aos termos da aliança traria juízo, por isso a expectativa do castigo de Yahweh é viva, mas não tem por finalidade um juízo aniquilador que dissolva a aliança, no entanto, tende a mantê-la para alcançar seu objetivo na história: a instauração de seu reino. Nesse sentido, o juízo aplicado por Deus é o instrumento de restauração da aliança.

A partir dessa visão o exílio babilônico torna-se uma realidade na vida do povo judeu, trazendo humilhação, pobreza e perda do templo. O povo tem consciência que a tragédia havia originado a partir da longa apostasia com relação a Yahweh, causada pela infidelidade, entendiam que as maldições de Deus sobrevieram a eles.

### 3.5.2 - A Era Pós-Exílica

Segundo Diego Arenhoevel (1930 - 1983), em A Era Pós-Exílica, a história do Israel pós-exílico só nos é conhecida de modo fragmentário. (ARENHOEVEL, 2012, p.314). Nesse sentido, a maior dificuldade está em determinar a cronologia da atividade de Esdras e de Neemias, pois o cronista escreveu em tempo tardio e não conseguiu mais organizar os documentos. Não se sabe se atuaram juntos ou em períodos separados. Acredita-se que Neemias esteve primeiro em Jerusalém e depois Esdras.

Após cinquenta anos da invasão babilônica que destruiu Jerusalém, Ciro, rei persa conquista a Babilônia, em 539 a.C. O governo persa demonstrou tolerância aos povos dominados e ordenou que restaurassem o templo de Jerusalém e seu culto (2Cr 36:23). Sesbazar, encarregado da reconstrução do templo, encontrou um povo desiludido, a reconstrução era algo fatigante, seu desânimo se tornou cada vez maior, após vinte anos do primeiro começo, o templo ainda estava em ruínas. Outras tentativas surgiram até que as dificuldades foram superadas e a obra foi concluída de forma não muito desejável pelo povo, pois o estavam desencantados com a pobreza do templo. As condições do povo eram lamentáveis, negligenciavam o culto e as leis da aliança não eram cumpridas.

Então surgiu um novo movimento ligado ao “escriba” Esdras e ao governador Neemias. Soma-se a eles a pregação do profeta Malaquias. A primeira obra de Neemias foi a reconstrução dos muros de Jerusalém, operada em cinquenta e dois dias, em 445 a.C., finalmente a cidade estava de novo fortificada, também trouxe para a cidade uma parte da população rural, pois a cidade estava um pouco vazia e estabeleceu um indulto de dívidas diminuindo a aflição do pobre. Assegurou o oferecimento de sacrifícios. Verificou grande problema com relação aos casamentos mistos com povos vizinhos. Neemias volta à cidade de Jerusalém aproximadamente doze anos depois e implanta uma série de reformas.

Esdras sacerdote e escriba que chega a Jerusalém por ordem do governo imperial persa, rei Artaxerxes e traz consigo a “lei”, possivelmente o Pentateuco. Ficou impressionado ao ver um estado de coisas bem pouco fiel à tradição judaica, especialmente, no que se refere aos casamentos entre judeus e pagãos. Sendo assim, inicia uma reforma radical, restaura o culto e as celebrações das festas, segundo a lei de Moisés.

Esdras e Neemias não tinham a intenção de anunciar algo novo. Eles queriam

restaurar o antigo. Após a restauração da ordem, Jerusalém se diferenciava dos outros grupos por seu templo e pelo culto ali realizado, bem como o modo de vida estabelecida. O povo estava a caminho de voltar a ser, a partir da noção de aliança, um grupo étnico de adoradores de Yahweh. As perspectivas religiosas desses dois homens era o templo, a cidade de Jerusalém, a comunidade do povo de Deus.

A partir do movimento deuteronomista com a contribuição posterior de Esdras e Neemias surge uma certa ortodoxia judaica baseada na aliança que vai sendo modificada até os dias de Jesus. Esdras é considerado, em geral o criador do judaísmo.

### **3.6 - A Cosmovisão de um Povo que fez Aliança com Yahweh**

O termo cosmovisão, atualmente tem sido usado de forma cada vez mais comum. Em linha geral significa concepção ou visão de mundo, uma maneira de entender as relações humanas e os papéis do indivíduo na sociedade. Segundo os especialistas cada cultura carrega consigo uma forma particular de ver a natureza que o rodeia.

O objetivo desse item é examinar a cosmovisão do mundo bíblico de modo limitado, no contexto dos livros que compõem o Pentateuco. Para refletir sobre a visão de mundo do Israel primitivo o estudioso esbarra na dificuldade quanto ao tempo decorrido, assim não há como detalhar todas as fases do desenvolvimento do pensamento israelita sem que haja reduções inevitáveis.

A partir da leitura da Bíblia hebraica nota-se que o ponto central da cosmovisão do Israel primitivo é a tradição contida no (Pentateuco), os cinco primeiros livros dados diretamente por Deus a Moisés no Sinai, em conjunto com a tradição oral passada para as gerações futuras.

Para descrever a cosmovisão da religião dos israelitas, iniciando pela época mosaica, é preciso levar em conta que aqueles grupos entendiam que as ações de Deus eram voltadas em prol de Israel como um povo. Um povo ao qual o próprio Deus elegeu como seu e Israel aceitou ser o povo escolhido de Deus, mostrando sua diferença em relação aos demais povos da terra.

Os israelitas assimilam a continuação do processo de libertação que iniciou no Egito e alimentam a crença em um Deus protetor, salvador que direciona o comportamento, enquanto aguardam o Dia em que Yahweh subjugará os outros povos em favor de Israel, tendo



em vista sua fidelidade ética e religiosa a aliança celebrada. Alicerçados nas dominantes experiências proclamadas por Moisés entendem que o ser de Deus transcende o mundo físico e exerce soberania divina e eterna sobre seu povo. Nesse sentido, uma forte sensação de intangibilidade domina o povo, por isso a tônica é colocada no culto a Yahweh, pois desta forma cria-se uma consciência mais tangível ao ser divino. É no culto que a maior expressão da relação com Deus é demonstrada, principalmente, através da palavra cantada ou falada. O culto de Israel sempre esteve ligado à demonstração de fé.

A mentalidade geral do povo é de um sentimento de pertença à vontade de Deus, na qual a Torá é um referencial para formação de costumes, leis mais amplas e organização do povo. Assim, Israel demarcou suas origens na vontade divina, tudo pertence exclusivamente a Yahweh: espaço e tempo, propriedade e vidas. Essa forma de pensar contribuiu para a convicção em um Deus soberano.

Por último a visão do povo do Israel primitivo é de orgulho e alegria por pertencer a Yahweh e mostrar a lei como expressão do lugar privilegiado de Israel. O voto feito traz à memória os deveres para com Deus: obediência e santidade. Mas também recordam que todo homem com comportamento moral piedoso e justo que obedeça às normas da aliança firmada com Yahweh no deserto, sejam elas cultuais ou morais, desfrutam das bênçãos prometidas.

Como nos revela R. E. Clements, a cosmologia do Israel antigo era de caráter fundamentalmente religioso, de sorte que as instituições mais básicas da sociedade – lei, culto e educação – todas se alicerçam em ideias religiosas. Tudo sugere que a consciência da religião influía na vida e no pensamento do homem do Israel antigo. (CLEMENTS, 1995, p. 16).

#### **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme exposto, para conhecimento da história e da religião de Israel primitivo, bem como seus processos é necessário admitir a importância do estudo das civilizações antigas no contexto do Antigo Oriente Próximo, especialmente: os Impérios Mesopotâmicos: assírio e babilônico, dois grandes impérios de pretensão universal. A história de Israel primitivo está profundamente ligada a esses dois impérios.

Segundo Fohrer, o estudo da religião israelita dentro da estrutura do mundo do

antigo Oriente Próximo é parte indispensável dos estudos do Antigo Testamento. Ele é também fundamental a uma adequada compreensão do próprio Antigo Testamento. (FOHRER, 2006, p. 16).

A história de Israel pré-monárquico, período estabelecido para o desenvolvimento da pesquisa, está intimamente relacionada à religião do povo hebreu. Assim, não há como estudar a história e a religião de Israel de forma isolada.

Mario Liverani, entende que a importância da Antiguidade está no legado ofertado para a vida ocidental moderna, nas quais as civilizações do Oriente Próximo, especialmente, as que se estabeleceram na Mesopotâmia, nos legaram a religião entre outras heranças, influenciando todo mundo ocidental. Complementa, dizendo que a nossa civilização ocidental reconhece que recebeu do Antigo Oriente Próximo as fundações materiais no campo da religião e da cultura (vida urbana, organização política, administração e política). (LIVERANI, 2005, p. 11).

A origem do povo de Israel e o seu desenvolvimento são essenciais para a compreensão da história desse povo. Os especialistas do Antigo Testamento têm posições divergentes quanto à formação do povo israelita: eles não se sentem seguros quanto a aceitarem ou não as narrativas bíblicas como documentos históricos. Justificam suas posições, afirmando que a tradição Veterotestamentária aplicou a toda a nação os eventos ligados ao êxodo e à adição do javismo pelos libertados do Egito como uma totalidade, sendo que, na realidade, apenas uma parcela do povo vivenciou a experiência. Esse é um dos motivos pelos quais se coloca em dúvida a segurança histórica das tradições.

Nessa linha de pensamento, é oportuno explicitar que no momento da avaliação das fontes a distância temporal é um fator predominante, pois as tradições do primitivo Israel na forma escrita aparecem a partir de décadas ou mesmo séculos após a sua formação. Uma segunda avaliação deve ser feita a partir das raízes ideológico-cultural das primitivas tradições originárias de necessidades particulares de Israel, que se baseavam em um movimento social com um culto religioso bem estruturado, no qual se evoluía as tradições que tinham como função principal agrupar a comunidade, motivando-as a uma identidade comum.

Importante, ainda, é verificar que segundo alguns autores, a sequência temática das tradições: Patriarcas, Moisés, Libertação do Egito e Conquista da terra são frutos de uma raiz ideológico-cultural. Pressupõe-se se tratar de vagarosa acumulação de tradições

descontinuadas que no decorrer de décadas e séculos formaram um corpo. É verdade que essa teoria não tem recebido aceitação geral: até hoje alguns estudiosos bíblicos leem as tradições primitivas como uma história contínua, sem lacunas temporais, talvez por serem influenciados pelo respeito religioso à Bíblia.

Na linha de raciocínio dos parágrafos acima, Provan, Long e Longman afirmam que não há relato algum do passado que seja livre de qualquer ideologia, ou seja, não existem relatos em que, a princípio, se deva confiar mais do que em outros. Também não se deve presumir que um relato ideológico não possa ser historicamente preciso. (PROVAN, LONG e LONGMAN III, 2016, p. 103).

Outros autores corroboram com esta opinião. Entendem que posições a partir de raízes ideológica-culturais não equivalem a lendas ou invenções, mas significam apenas que não veio à luz informações não-bíblicas sobre esses eventos serem sequenciais.

Estudos arqueológicos mais recentes sobre o antigo Israel procuram dar sua contribuição, mas oferecem apenas evidências circunstanciais. Também nesta área de estudo os pesquisadores não são unânimes quanto às suas opiniões. Mas todos concordam que apesar das narrativas mais famosas da Bíblia não ocorreram do mesmo modo que a Bíblia as registra, nem de longe implica que as narrativas do antigo Israel não tenham tido uma história genuína.

Gottwald em sua reflexão sobre as fontes para a história pré-monárquica de Israel, afirma que nossa principal fonte de informação sobre a primitiva história de Israel é a Bíblia hebraica (GOTTWALD, 1988, p.139).

O estudo sobre a formação do povo de Israel exige determinado esforço para delinear os processos que os organizaram socialmente. Uma das primeiras dificuldades é definir sobre o surgimento de Israel em Canaã. Os pesquisadores levantam três hipóteses sobre a chegada do povo na Palestina, todas com relevantes fundamentos: a conquista, a imigração pacífica e a revolta dos camponeses. Mas até o momento nenhuma delas foram aceitas de forma unânime. Nesse sentido, a questão fica em aberto e de forma geral o assunto permanece no campo das hipóteses e sujeito a correções, à luz de informações futuras, tendo em vista que os estudos continuam sendo realizados em sítios arqueológicos na Palestina.

Superado a forma de como Israel surgiu em Canaã é importante elucidar que Israel se constituiu como uma estrutura tribal sacra, nas quais as tradições, crenças e instituições sagradas alcançaram forma normativa. O conjunto de leis morais civis e religiosas que regia a



liga ou confederação tribal israelita foi um marco na vida do povo pré-monárquico, porque os separou dos povos vizinhos de forma singular. A religião do Israel liberto era expressa no culto à Yahweh. Este fator fez com que a identidade do “povo escolhido” fosse mantida e a confederação permanecesse unida por mais de duzentos anos.

A história da religião de Israel está fundamentada na aliança, uma experiência da relação de Yahweh com o seu povo. A tradição bíblica apresenta a aliança como uma iniciativa primeira de Deus (promessa), que reclama uma resposta do homem (compromisso) e Israel respondeu ao favor de Yahweh, formalizando uma aliança, a fim de viver de acordo com os mandamentos. Foi a partir de então que Israel se constituiu como povo de Yahweh.

As tradições culturais israelitas apesar de modeladas pela concepção javista não restringiram suas preocupações exclusivamente no âmbito religioso, mas a ação da divindade era considerada eficaz nas dificuldades da comunidade como um todo. Os estudiosos são unânimes em afirmar que a religião é um fator fundante na formação da sociedade de Israel e na coesão durante os dois séculos, período da Confederação de Doze Tribos. Nas palavras de Vaux:

[...] toda a vida social de Israel era permeada pela religião. A circuncisão tinha um sentido religioso; a guerra era uma instituição religiosa como era também a guerra, ao menos no início da história de Israel; a lei era religiosa que por vezes recorria ao julgamento de Deus. (VAUX, 2004, p. 309)

A religião em Israel passou por um processo evolutivo. Primeiro, a religião dos povos semitas (vizinhos de Israel) tinha como premissa cultuar um deus chamado EL (O poderoso), que assumiu algumas variações como EL Eloyon (O altíssimo), ou EL Olan (O eterno), mas a principal divindade era BAAL, filho de Dagon. O culto era ao ar livre, com um altar em círculos de pedra, preferencialmente um lugar alto, um monte ou colina, a fim de oferecer sacrifícios em ocasiões especiais de grande celebração.

Com referência a religião da era patriarcal as celebrações celtas sofrem alterações e já não havia mais lugar, espaço, tempo sagrado ou pessoa sagrada para oferecer adoração, os altares feitos de pedra eram erguidos em lugares de encontro com a divindade, era considerado como sacerdote todo chefe de família, adulto, diferente dos povos semitas. A tradição era transmitida de forma oral, não havia liturgia fixa.

A partir de Moisés algumas características religiosas marcam a mudança entre a



era patriarcal e a era mosaica (i) o nome do Deus que trabalha em favor do povo é revelado: Yahweh (sendo que no texto hebraico cita o tetragrama – YHVH – Eu sou o que Sou ou Aquele que É); (ii) é estabelecido o tempo sagrado (sábado); (iii) é determinado o lugar sagrado (tabernáculo); (iv) é definido o objeto sagrado (arca); (v) é instituída a figura do homem santo (sacerdote). Assim, o processo evolutivo transformou a religião que no início aceitava que todos os homens adultos chefes de família podiam invocar o nome de Deus e prestar culto e sacrifício, em uma religião com regras e que apenas uns poucos passariam a ter acesso direto à divindade. De fato houve uma evolução na vida religiosa desse povo.

Tomando como base os paralelos entre a aliança de Deus com Israel e a similaridade com os tratados de vassalagem da época, hoje melhor conhecidos, fica notório que Israel tomou a aliança como base para a sua vida religiosa e social. Em qualquer aspecto a ser pesquisado seja político, econômico ou social identifica-se a presença de fatores religiosos influenciando a sociedade. As ideias religiosas são o reflexo de tudo e encontram no culto sua maior expressão.

Os debates que dominam a literatura apontam para autores consagrados e profundos estudiosos do Antigo Testamento e estes desenvolvem suas pesquisas em vários aspectos no contexto da religiosidade do Israel primitivo, mas todos concordam que a religião é o fio condutor da vida social, política e econômica de Israel. Nesse sentido, afirmam que Israel tem sua história norteadada pela religião, determinando sua própria identidade. O povo a partir da sua religiosidade cria que todos os acontecimentos e vicissitudes dependiam da ação direta de Deus. Em suma, os estudiosos são unânimes em afirmar que a religião é um fator fundante na formação da sociedade de Israel e na coesão durante os dois séculos, período da Confederação de Doze Tribos.

Os primórdios da religião hebraica são determinantes para os períodos posteriores do Estado de Israel, suas glórias e seus fracassos, sua teologia e sua cosmovisão. No estudo apresentado, apreende-se que no I milênio Israel era uma pequena província da Palestina, foi o placo da corrente de pensamento que deu origem a três grandes religiões: judaísmo, cristianismo e islamismo, ainda hoje vivas.

Na perspectiva de John Bright “[...] não existe compreensão autêntica de Deus sem a história de Israel, e não há compreensão verdadeira da história de Israel sem Deus. [...] a história de Israel não pode se separada da fé de Israel no Deus que libertou, sustentou e constituiu Israel como povo”. (BRIGHT, 2018. p. 39).

Espero que o leitor considere este estudo como uma tentativa inicial de pesquisa sobre a religião de Israel primitivo e que possam ir adiante e compensar as deficiências que possam encontrara no trabalho. Entender a história e a religião de Israel requer maior aprofundamento através da leitura de obras especializadas aqui apresentadas superficialmente, mas que o presente estudo sirva como um convite.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- ARENHOEVEL, Diego. A era pós-exílica: época do anonimato, In O Antigo testamento: um olhar atento para sua palavra e mensagem; Josef Schreiner (editor), tradução Luis Marcos Sander. São Paulo: Hagnos, 2012, p. 314-329.
- BARBOSA, Michele Tupich. Do antigo Oriente Próximo à Roma: uma abordagem da antiguidade. Paraná: Unicentro, 2009.
- BÍBLIA: Bíblia Hebraica. São Paulo: Sêfer, 2006.
- BÍBLIA: Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- BRIGHT, John. História de Israel; tradução Euclides Carneiro da Silva. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2018. Nova Coleção Bíblica.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BOUZON, Emanuel; TUNES, Cássio Marcelo de Melo. Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CAZELLES, Henri. História política de Israel: desde as origens até Alexandre Magno; tradução Cácio Gomes. São Paulo: Edições Paulinas. 1986.
- CLEMENTS R.E (organizador). O mundo do antigo Israel: perspectivas sociológicas, antropológicas e políticas; tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995.
- CRUSEMANN, Frank. A Torá: teologia e história social da lei do Antigo Testamento; tradução Haroldo Reimer. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.
- DONNER, Herbert. História de Israel e dos povos vizinhos – v1 dos primórdios até a formação do Estado; tradução Claudio Molz e Hans A. Trein. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1997.
- ELIADE, Mircea. Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso; tradução Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FOHRER Georg. História da religião de Israel; tradução Josué Xavier. São Paulo: Paulus, 2006.
- GARELLI, Paul; NIKIPROWETZKY, V. Oriente Próximo asiático: impérios mesopotâmicos, Israel; tradução Emanuel Araújo. São Paulo: Edusp, 1982.
- GIBELLINI, Rosino. Teologia dialética, In A teologia do século XX; tradução João Paixão Netto. 3. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2012, p. 13-25.
- GOTTWALD, Norman K. As tribos de Iahweh: uma sociologia da religião de Israel liberto, 1250-1050 a.C.; tradução Anacleto Alvarez. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.
- \_\_\_\_\_, Norman K. Introdução socioliterária à Bíblia hebraica; tradução Anacleto Alvarez. São Paulo: Paulus, 1988.
- GUSSO, Antonio Renato. Aliança no Antigo Testamento, In Revista Via Teológica, v.1, n.3, jul.2001, p.55-71.
- HOPKINS. Johns. The tenth generation: the origins of the biblical tradition. Baltimore; London: University Press, 1973.

IAN, Provan; LONG, V. Philips; LONGAN III, Tremper. Uma história Bíblica de Israel; tradução Marcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 2016.

LIVERANI, Mario. Historical Overview, In A companion to the ancient near east. Nova JerseyEUA: Blackwell, 2005. Antigo Oriente Próximo: panorama histórico; tradução livre Fábio Augusto Morales e Anita Fattori.

\_\_\_\_\_, Mario. Para Além da Bíblia: História Antiga de Israel; tradução Orlando Soares Moreira. 2. ed. São Paulo: Paulus e Edições Loyola, 2014.

LEITE, Leonardo Delatorre; MORAES, Gerson Leite de (organizadores). Cosmovisão cristã aplicada. Curitiba: CRV, 2020.

LOHFINK, Norbert. A mensagem da aliança: o Deuteronômio, In O Antigo Testamento: um olhar atento para sua palavra e mensagem. Josef Schreiner (editor), tradução Luis Marcos Sander. São Paulo: Hagnos, 2012, p. 220-237.

RIBEIRO, Andréa Bernardes de Tassis. História e religião na análise weberiana sobre o “povo e Israel” como um “povo pária”. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências da religião, 2014.

RODRIGUES DA SILVA, Rafael. Alianças de Iahweh com as minorias. In Teologia da Aliança e sua relação com a dignidade humana: aspectos coincidentes entre a Nova Aliança e as principais celebrações da Aliança no Antigo Testamento. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Teologia, 2011.

SCHMIDT, Werner H. Introdução ao Antigo Testamento; tradução Annemarie Hohn. 5.ed. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1994.

SELLIN, Ernst; FOHRER Georg. Introdução ao Antigo Testamento; tradução D. Mateus Rocha. vol. 1 livros históricos e códigos legais, 2.ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1977. Nova coleção bíblica.

SURIAN, Francisco Emilio. Teologia da Aliança e sua relação com a dignidade humana: aspectos coincidentes entre a Nova Aliança e as principais celebrações da Aliança no Antigo Testamento. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Teologia, 2011.

VAN SETERS, John. Em busca da história: historiografia no mundo antigo e as origens da história bíblica. São Paulo: Edusp, 2008.

VAUX, Roland de. Histoire ancienne d’Israel (obra póstuma), Paris, 1971.

\_\_\_\_\_, Roland de. Instituições de Israel: no Antigo Testamento; tradução Daniel de Oliveira. São Paulo: Vida Nova, 2004.

WALTKE, Bruce K. Teologia do Antigo Testamento; tradução Marcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 2015.